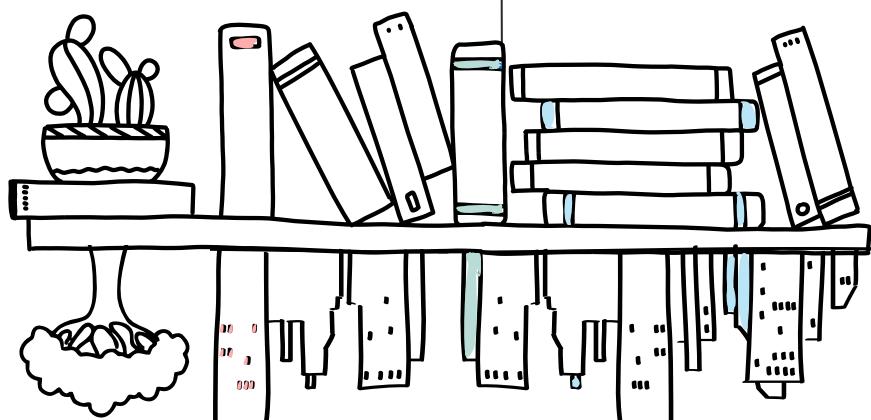


Revisões Locais Voluntárias Orientadas Para a Acção.

UMA
METODOLOGIA
PARA OS
PARCEIROS DO
UN-HABITAT



Revisões Locais Voluntárias Orientadas Para a Acção.

Versão Digital disponível aqui



UMA METODOLOGIA PARA OS PARCEIROS DO UN-HABITAT

Publicado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) e União de Cidades e Governos Locais (UCLG).

Publicado pela primeira vez em inglês em Nairóbi em fevereiro de 2024 pela UN-Habitat
Copyright © Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, 2024.

Tradução para o português realizada em outubro de 2024, cortesia do Escritório País do UN-Habitat em Moçambique.

Todos os direitos reservados.

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat)
Caixa Postal 30030, 00100 Nairobi GPO, Quênia Tel: 254-020-7623120 (Escritório Central)
www.unhabitat.org

Aviso legal

As designações empregadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas sobre o estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área ou suas autoridades, ou sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites em relação ao seu sistema económico ou grau de desenvolvimento. Partes do texto podem ser reproduzidas sem autorização, desde que seja indicada a fonte. As opiniões expressas nesta publicação não reflectem necessariamente as do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, das Nações Unidas e de seus Estados membros



Agradecimentos

A Metodologia de RLVs Orientadas para a Acção foi desenvolvida pela Equipe de Localização dos ODS e Governos Locais do UN-Habitat em parceria com a União de Cidades e Governos Locais (UCLG) e com o valioso apoio e ampla revisão de várias instituições e estimados colegas.

Líder do Projecto: Martino Miraglia (UN-Habitat)

Autora principal: Caroline Kienast-von Einem (UN-Habitat)

Equipe do Projecto: Claudia Garcia Zaragoza, Gaia Neal Aggarwal, Marta Rodó Masriera, Telman Maharramov (UN-Habitat)

Revisão por pares:

UN-Habitat

Agata Aleksandra Krause

Daniela Chong

Dyfed Aubrey

Elena Balabanska

Elin Andersdotter Fabre

Frédéric Happi Mangoua

Javier Torner Ruiz De Temino

María del Pilar Téllez Soler

Naomi Hoogervorst

Raphaelle Vignol

Remy Sietchiping

Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa

Mia Alibegovic

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Diana Lopez Caramazana

ARCO

Andrea Ferrannini

Elisa Marrocó

Instituto Global para Estratégias Ambientais

Diana Lopez Caramazana

Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ)

Mirjana Kirchmaier

Design e diagramação: Caroline Kienast-von Einem, Gaia Neal Aggarwal, Sophie Heuser, Beza Desta (UN-Habitat)

Tradução para o Português: Jéssica Lage, Edna Nphantumbo, Gustavo Brant de Carvalho (UN-Habitat)

Cidades e Governos Unidos

Anna Calvete Moreno

Claudia Ribosa

Pablo Fernández

Sara Hoeflich

Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas

Carol Pollack

Jurgen Gafke

Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental

Sukaina Al Nasrawi

Comissão Económica das Nações Unidas para a África

Lusungu Kayani

Escritório Regional UN-Habitat para a Ásia e o Pacífico

Riccardo Maroso

Srinivasa Popuri

A Instituição Brookings

Tony Pipa

Centro Internacional Sueco para Democracia Local

Ana Maria Vargas

Índice



01

Introdução	1
-------------------	---

02

Finalidade	3
-------------------	---

03

Benefícios da Orientação para a Acção nas RLVs	4
---	---

04

Coordenação e Parceria	7
-------------------------------	---

05

Uma proposta de plano de trabalho	9
--	---

06

Visão geral das etapas de trabalho RLV propostas	10
---	----

07

Estrutura	11
------------------	----



08

Fases	12-24
--------------	--------------

8.1 Fase 1: Início	13
8.2 Fase 2: Análise da Situação	15
8.3 Fase 3: Estratégia e Revisão	21
8.4 Fase 4: Finalização	23
8.5 Fase 5: Além da RLV	24

09

Orientação de Linhas de Trabalho	26-36
9.1 Linha de Trabalho de Dados	26
9.2 Linha de Trabalho de Engajamento	30
9.3 Linha de Trabalho de Acção Estratégica	35

10

Questões Transversais	37-41
------------------------------	--------------

10.1 Governação Multinível	38
10.2 Capacitação	40
10.3 Advocacia e Visibilidade	41

11

Estrutura da RLV e Proposta de Capítulos	42-43
---	--------------

12

Recursos	44-46
-----------------	--------------

13

Apêndice	47
-----------------	-----------

Abreviação

AGLR – Associação de Governos Locais e Regionais

GLR – Governos Locais e Regionais

GLRN – Rede de Governos Locais e Regionais

GMN – Governação Multinível

HLPF – Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável

NAU – Nova Agenda Urbana

ODS – Objectivo de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organização da Sociedade Civil

RLV – Revisão Local Voluntária

RNV – Revisão Nacional Voluntária

RSV – Revisão Subnacional Voluntária

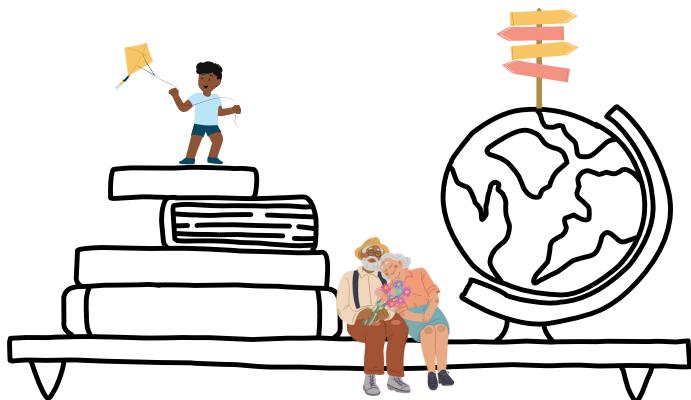
UCLG – União de Cidades e Governos Locais / United Cities and Local

Governments

UMF – Quadro Global de Monitoria Urbana / Urban Monitoring Framework

UNDESA – Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas

UN-Habitat – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos



1. O termo "Governo Local e Regional" é frequentemente utilizado como um termo abrangente para descrever todos os governos a nível subnacional, incluindo os governos municipais, metropolitanos e regionais

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a comunidade global tem enfrentado uma sucessão de crises, lidando com um cenário de alta demanda e em constante evolução. Embora alguns desafios fossem inevitáveis, outros foram precipitados por nossas decisões, nossa incapacidade de responder prontamente e cumprir nossas obrigações com a devida diligência. Uma dura realidade se apresenta, pois aproximadamente um terço de todos os alimentos produzidos para consumo humano são desperdiçados ou perdidos anualmente. Simultaneamente, a fome global aumentou para níveis não vistos desde 2005, e 2,2 bilhões de pessoas ainda não têm acesso a água potável. O surgimento de 165 milhões de novos moradores de assentamentos informais ao longo de duas décadas, culminando em um total de 1 bilhão em 2020, adiciona outra camada às preocupações prementes que enfrentamos[1].

Não é uma surpresa que o último relatório sobre o progresso dos ODS pinte um quadro pessimista, com apenas aproximadamente 12% dos ODS em vias de cumprir suas metas até 2030, enquanto mais da metade do mundo fica para trás [2]. O Relatório Global de Sustentabilidade de 2023 sublinha ainda mais esta tendência desconcertante, revelando uma deterioração em muitos Objectivos de 2020 a 2023 [3].

Essas tendências enfatizam a importância de uma acção imediata para lidar com emergências e no suporte à recuperação e ao desenvolvimento a longo prazo. Priorizar acções locais garante o princípio fundamental de não deixar ninguém para trás.

Nesse sentido, o reconhecimento e a importância da Localização dos ODS, juntamente com o papel fundamental

desempenhado pelos Governos Locais e Regionais (GLRs) na consecução da Agenda 2030, vêm ganhando força constantemente.

Declarações e resoluções recentes ressaltam um impulso crescente para e compromisso com a localização dos ODS. Por exemplo, o Brasil defendeu uma Resolução sobre a Localização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (HSP/HA.2/Res6) durante a segunda sessão da Assembleia do Habitat das Nações Unidas, co-patrocinada por doze outros países. Além disso, a declaração política de 2023 do Fórum Político de Alto Nível (HLPF), convocado sob os auspícios da Assembleia Geral (Cúpula dos ODS), destacou a ânsia dos estados-membros em "localizar ainda mais os ODS e promover o planeamento e a implementação integrada a nível local" (A/HLPF/2023/L.1). Em outubro de 2023, o secretário-geral lançou seu Grupo Consultivo para os Governos Locais e Regionais, que trabalhará ao longo de um ano para fornecer informações sobre as dimensões dos governos locais e regionais para consideração nos processos preparatórios conducentes à Cimeira do Futuro.

Nesse contexto, as Revisões Locais Voluntárias (RLVs) surgiram como um processo inovador criado por e para circunscrições subnacionais. 'Local' refere-se aos contextos territoriais relacionados a regiões, áreas metropolitanas, cidades, bem como ilhas ou mesmo bairros. As RLVs são um mecanismo de autoavaliação e relato realizado a nível subnacional para avaliar e avançar na implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável dentro de sua comunidade ou região específica. Elas desempenham um papel vital em destacar a posição essencial dos governos locais e regionais e das iniciativas locais no

1. Rescuing SDG 11 for a Resilient Urban Planet, UN-Habitat, 2023

2. The Sustainable Development Goals Report 2023, UNDESA, 2023

3. Times of Crisis, Times of Change, GSDR 2023, UNDESA, 2023

cumprimento das agendas nacionais e na condução do progresso nos ODS.

Desde 2018, o movimento global de RLVs se intensificou com mais de 260 RLVs desenvolvidas até fevereiro de 2024 – representando a realidade vivida de mais de 460 milhões de pessoas. O número de RLVs aumentou exponencialmente de 2 para 62 avaliações por ano entre 2018 e 2023. As RLVs provaram ser um poderoso acelerador da localização dos ODS, fortalecendo as capacidades nacionais gerais de entrega dos ODS e colocando as realidades vividas das populações no centro dos relatórios e planeamento. Desde 2020, as RLVs têm sido complementadas por Revisões Subnacionais Voluntárias (RSVs): processos de relatórios subnacionais da base para o topo em todo o país, fornecendo análises abrangentes e aprofundadas dos contextos nacionais correspondentes para a Localização dos ODS, liderados pelas associações nacionais de governos locais e regionais.

O UN-Habitat, em cooperação com governos locais e regionais e parceiros, tem apoiado o movimento global de RLV desde o seu início, desenvolvendo pesquisas e diretrizes; fornecendo suporte técnico; e promovendo capacitações, advocacia e visibilidade.

Nos primeiros anos, as RLVs se limitavam frequentemente a uma revisão das condições existentes em uma determinada cidade, área metropolitana ou região. No entanto, recentemente houve uma maior conscientização de que as RLVs têm o potencial de ser mais do que apenas um exercício de monitoria para entender onde as cidades estão.

Se os resultados da RLV forem usados para desenvolver recomendações estratégicas que se conectam aos ambientes de políticas existentes,

as RLVs têm o potencial de actuar como um roteiro para mudanças que impulsiona a acção com sugestões específicas e com base em evidências para orientar o planeamento, o financiamento e as iniciativas futuras.

Esta nova geração de RLVs orientados para a acção são poderosos aceleradores do desenvolvimento sustentável e da Agenda 2030. Ao conectar as evidências à acção, esses RLVs garantem que os próximos passos relevantes sejam dados na busca de um futuro mais sustentável, equitativo e próspero para todos e todas, onde ninguém fique para trás. Isso inclui abordagens adaptadas ao contexto para enfrentar os desafios urbanos e regionais, o desenvolvimento de capacidades para fortalecer as capacidades locais, o desenvolvimento de ambientes de dados em níveis subnacionais e o estabelecimento de parcerias duradouras com diferentes esferas de governo e partes interessadas não governamentais, como a academia, o sector privado ou a comunidade.



A metodologia descreve o processo para a realização de RLVs de impacto e orientados para a acção, compartilhando lições valiosas aprendidas e suporte disponível. A metodologia é desenvolvida pelo UN-Habitat em parceria com a United Cities and Local Governments (UCLG) e em estreita coordenação com uma ampla variedade de parceiros internacionais. Em preparação para a metodologia, o UN-Habitat engajou a ARCO para conduzir uma iniciativa de pesquisa global, incluindo uma revisão comparativa completa das diretrizes e metodologias de RLV existentes para identificar pontos comuns, distinções e oportunidades de orientação global [4].

PROPÓSITO



A metodologia de RLVs Orientadas para a Acção visa fortalecer a ancoragem das RLVs dentro da localização dos ODS e dos processos locais de tomada de decisão, bem como para o apoio geral da ONU a nível de país.

A metodologia descreve a abordagem corporativa do UN-Habitat para RLVs e responde a duas perguntas específicas: "Como uma RLV orientada à acção é desenvolvida?" e "O que vem depois de uma RLV?".

Com base nas experiências de mais de 200 governos locais e regionais, nas directrizes de RLV existentes e nas lições aprendidas do apoio do UN-Habitat às RLVs nos últimos anos, a metodologia fornece um roteiro prático para o desenvolvimento de RLVs, incluindo fases-chave, linhas de trabalho, etapas específicas e ferramentas. Mais importante, ele orienta os usuários sobre como transformar RLVs em instrumentos de acção, conectando a monitoria e os relatórios dos ODS a todas as dimensões da Localização dos ODS. Como tal, este documento inclui secções específicas sobre como criar recomendações de impacto ligando os resultados da RLV a iniciativas concretas ou investigações adicionais.

A metodologia de RLVs Orientadas para a Acção é direcionada principalmente aos governos locais e regionais que desejam explorar o processo de RLV e aos Escritórios da ONU e do UN-Habitat que forneçam apoio directo a parceiros em todo o mundo. Por meio dessa metodologia, os parceiros locais têm uma ferramenta para dar o pontapé inicial em sua jornada de RLV e obter informações sobre o apoio disponível e possíveis colaborações com o UN-Habitat e outras instituições das Nações Unidas. A metodologia trabalha em harmonia com as directrizes globais e regionais existentes que incluem uma riqueza de conhecimento e práticas específicas do contexto. Ela foi projectada para ser flexível e se adequar a diferentes contextos nacionais e territoriais, considerando potenciais restrições de recursos e dados, ou quadros nacionais complementares. Os leitores são encorajados a adaptar essa metodologia conforme necessário e a se apropriar do processo de RLV para uma implementação bem-sucedida que seja relevante para suas necessidades e circunstâncias.



BENEFÍCIOS DAS RLVS ORIENTADAS PARA A ACÇÃO

A incorporação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável nos processos e tarefas dos governos locais e regionais pode ser inicialmente percebida como uma responsabilidade adicional. No entanto, a jornada em direção à Localização dos ODS, particularmente por meio da criação de RLVs Orientadas para a Acção, abre um processo transformador que apresenta vários benefícios notáveis que se alinham perfeitamente com muitas das aspirações já existentes dos governos locais e regionais.

Embora a perspectiva de responsabilidades adicionais possa, portanto, suscitar reflexão, a gama de benefícios associados à adopção de RLVs ressalta que o processo transcende a mera gestão de tarefas, mas trata de estabelecer um legado e cultivar melhorias sustentáveis e de impacto. Esta serve como alicerce para a construção de uma estrutura de governação resiliente que não apenas atenda às necessidades imediatas das comunidades, mas também estabeleça as bases para melhorias substanciais e duradouras. Por meio dessa perspectiva, as RLVs orientadas para a acção emergem como um catalisador para mudanças positivas, garantindo que os esforços de hoje produzam um legado de governação sustentável para as gerações futuras.

Planeamento Estratégico e Coerência das Políticas Públicas

A RLV actua como uma ferramenta de relatório e diagnóstico que ajuda os governos a identificar lacunas e prioridades de desenvolvimento a nível local. Ao analisar uma ampla gama de evidências e vinculá-las aos objectivos da Agenda 2030, o planeamento e a formulação de políticas públicas – tanto a nível local quanto nacional – podem seguir uma abordagem coesa, complementar e estratégica.

Ambientes de dados aprimorados

As RLVs podem ajudar a identificar, melhorar e criar sistemas de dados locais. Com os dados sendo a base de qualquer análise, uma etapa fundamental das RLVs é investigar quais dados são necessários, quais dados estão disponíveis e quem detém os dados relevantes. Melhorias subsequentes do ambiente e do acesso aos dados são benéficas para a geração de relatórios e a monitoria muito além do processo de RLV e podem levar a um uso mais eficiente dos recursos, bem como a acções com base em evidências.

Engajamento de Stakeholders e Participação Comunitária

O processo de RLV está enraizado no princípio de não deixar ninguém para trás e na colaboração entre as partes interessadas em todos os níveis. Oferece uma oportunidade para aproveitar o conhecimento local e colocar as comunidades no centro da tomada de decisões sustentáveis. Assim, a RLV ajuda a aumentar a conscientização sobre os ODS e fortalece o contrato social entre o governo e a população, criando confiança, apropriação e desenvolvimento de políticas apoiadas pela comunidade.

Maior transparéncia e prestação de contas

As RLVs oferecem uma oportunidade para processos abertos e transparentes na elaboração e na monitoria de políticas locais e regionais. Ao conduzir uma RLV, os governos locais tomam medidas mensuráveis para alcançar os ODS e oferecem uma oportunidade de serem responsabilizados por seus compromissos.

Governação Multinível

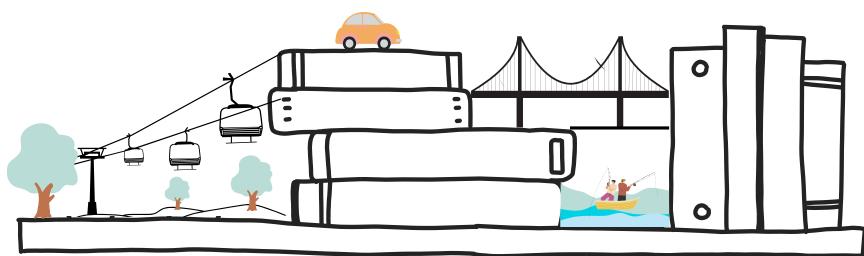
O processo RLV permite o diálogo político a partilha de conhecimento e a cooperação entre diferentes esferas de governação. Este constrói relações intergovernamentais mais fortes e complementa os processos de RSV e RNV, oferecendo oportunidades para o alinhamento de estratégias, políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento nacional e local. Dessa forma, uma RLV ajuda a reforçar a coesão do conselho municipal, bem como a abrangência e transversalidade das suas acções. O desenvolvimento de uma RLV orientado para a acção melhora as capacidades gerais de entrega de medidas efectivas para o desenvolvimento sustentável local para nacional, particularmente se a RLV for realizada com liderança do mais alto nível, como Presidente do Município ou o Presidente da República.

Posicionamento e Reconhecimento Internacional

As RLVs são frequentemente apresentadas durante eventos globais, como o HLPS, o Fórum Urbano Mundial ou os Fóruns Regionais sobre Desenvolvimento Sustentável. Essas plataformas oferecem uma grande oportunidade de colaboração internacional e troca de conhecimento. As RLVs podem elevar a posição das cidades e dos governos locais no cenário global, reconhecendo-os como impulsionadores essenciais e pró-activos do desenvolvimento sustentável.

Quadro comum

A adopção de RLVs como uma estrutura comum para a monitoria fornece às cidades e aos governos locais uma abordagem padronizada, promovendo a comparabilidade e a coerência entre várias regiões e jurisdições. Essa consistência permite uma avaliação comparativa eficaz do progresso, a troca de conhecimento entre cidades participantes e a facilitação de comparações significativas dentro e entre diferentes locais. Além disso, à medida que as RLVs evoluem com as edições futuras, essa uniformidade garante uma avaliação confiável e sustentada, capacitando as comunidades a acompanhar suas jornadas de desenvolvimento com clareza e precisão.



Libere o seu potencial com Revisões Locais Voluntárias Orientadas para a Acção

As Revisões Locais Voluntárias (RLVs) Orientadas para a Ação trazem os relatórios dos ODS a nível local de um abordagem teórica para uma prática real, oferecendo recomendações com base em evidências para impulsionar mudanças a partir da base. Elas aceleram ações direcionadas e significativas para os ODS, fornecendo uma base sólida para fortalecer os ambientes de dados, construir capacidades e promover a inclusão dos governos locais e das partes interessadas, ao mesmo tempo em que reforçam o alinhamento e a coordenação multissetorial entre as esferas de governo.



COORDENAÇÃO E PARCERIAS

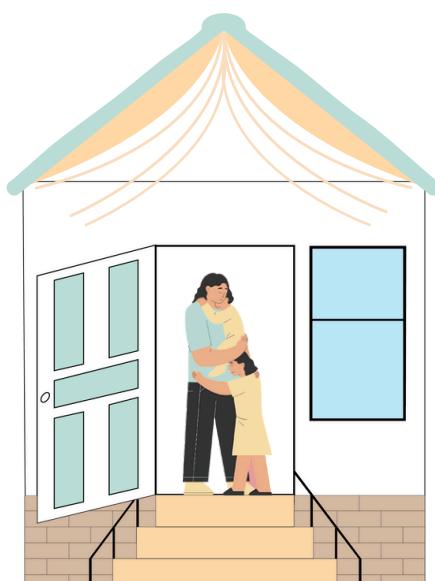
Muitas RLVs são planeadas, coordenadas e supervisionadas por uma equipe de parceiros que fornece conhecimento especializado e experiência em gestão. Esses parceiros supervisionam o processo e conectam a RLV às suas respectivas redes e bases de conhecimento, garantindo sua implementação bem-sucedida.

Revisões Locais Voluntárias Orientadas para a Acção promovem um impacto significativo por meio da conexão com os ambientes de políticas públicas e os processos de tomada de decisão existentes. É benéfico conectar-se e colaborar com parceiros e partes interessadas relevantes que podem fornecer conhecimento e experiência especializados. Isso pode incluir conhecimento sobre o sistema político e as partes interessadas relevantes para a implementação de políticas, conhecimento técnico em gerenciamento de projectos e governação multinível (MLG) ou experiência na condução de uma RLV, RSV ou RNV. Além de sua orientação inestimável na coordenação e supervisão da implementação de uma RLV, os parceiros são capazes de conectar o processo RLV às suas redes e processos, reforçando a socialização do documento e, portanto, o seu impacto. Os parceiros que se mostraram relevantes na supervisão e coordenação de uma RLV estão listados abaixo.

- **Governo Nacional (Ministérios / Departamentos)** pode fornecer o conhecimento do ambiente político e apoio ao processo de RLV a nível do país. Eles são capazes de conectar o processo e os resultados da RLV aos relatórios nacionais dos ODS por meio das RNVs, liderar a revisão nacional dos ODS e contribuir para o desenvolvimento a longo prazo das RLVs no país.
- **As Associações Nacionais de Governo Local e Regional (LRGA)** promovem a colaboração entre seus membros e fornecem uma plataforma para a construção de uma agenda política conjunta em torno dos ODS. Além disso, facilitam o intercâmbio de melhores práticas, progresso geral, retrocessos, oportunidades e desafios associados ao alcance da Localização dos ODS em um determinado país. Como tal, as associações e a UCLG lideraram o trabalho sobre RSVs, que fornecem uma ampla visão geral da localização dos ODS em um país.
- **As Redes de Governo Local e Regional (LRGN)** defendem o interesse dos governos locais nas agendas globais de sustentabilidade e promovem redes colaborativas entre as cidades e regiões membros a nível regional e global. Eles estão na vanguarda da promoção de mudanças significativas como especialistas em estruturas políticas existentes necessárias para a implementação bem-sucedida da RLV e promotores centrais da criação de plataformas de compartilhamento de conhecimento e construção de coalizões entre cidades e regiões.

- **A académia e as instituições de pesquisa** oferecem acesso a dados e conhecimento ímpares, excelência em pesquisa e envolvimento com as comunidades. Elas são capazes de fornecer orientações sobre as análises e desafios no território. Suas conexões existentes com comunidades e grupos de interesse podem reforçar o envolvimento público e garantir que as necessidades locais sejam reflectidas nas RLVs. Além disso, a parceria com a académia oferece uma oportunidade de fortalecer o vínculo entre o conhecimento académico e as administrações públicas.
- **O sector privado** é capaz de fornecer orientação sobre soluções inovadoras e expertise em práticas sustentáveis. Além disso, eles podem ajudar a obter acesso a recursos e dados adicionais, bem como fornecer oportunidades de capacitação e marketing.
- **A sociedade civil**, incluindo os jovens, os idosos e as organizações não-governamentais (ONGs), desempenham um papel fundamental ao oferecer perspectivas matizadas e reais sobre o processo de RLV, garantindo que ninguém seja deixado para trás.
- **O Sistema das Nações Unidas**, incluindo as Agências da ONU, as Comissões Económicas Regionais da ONU e as Equipes de País da ONU podem ser contribuintes fundamentais, trazendo uma riqueza de recursos, experiência técnica e orientação relevante para o contexto. Eles são fundamentais para alinhar as iniciativas de RLV com os objectivos globais de desenvolvimento sustentável e capacitar os governos locais por meio de suas redes.

Juntos, essa coalizão diversificada de parceiros potenciais pode amplificar o alcance e a eficácia das RLVs, impulsionando os esforços locais de desenvolvimento sustentável com força colaborativa e experiência multifacetada. Ao aproveitar toda a gama de oportunidades e capacidades, uma parceria colaborativa apoia a jornada da RLV e garante resultados informados e impactantes.

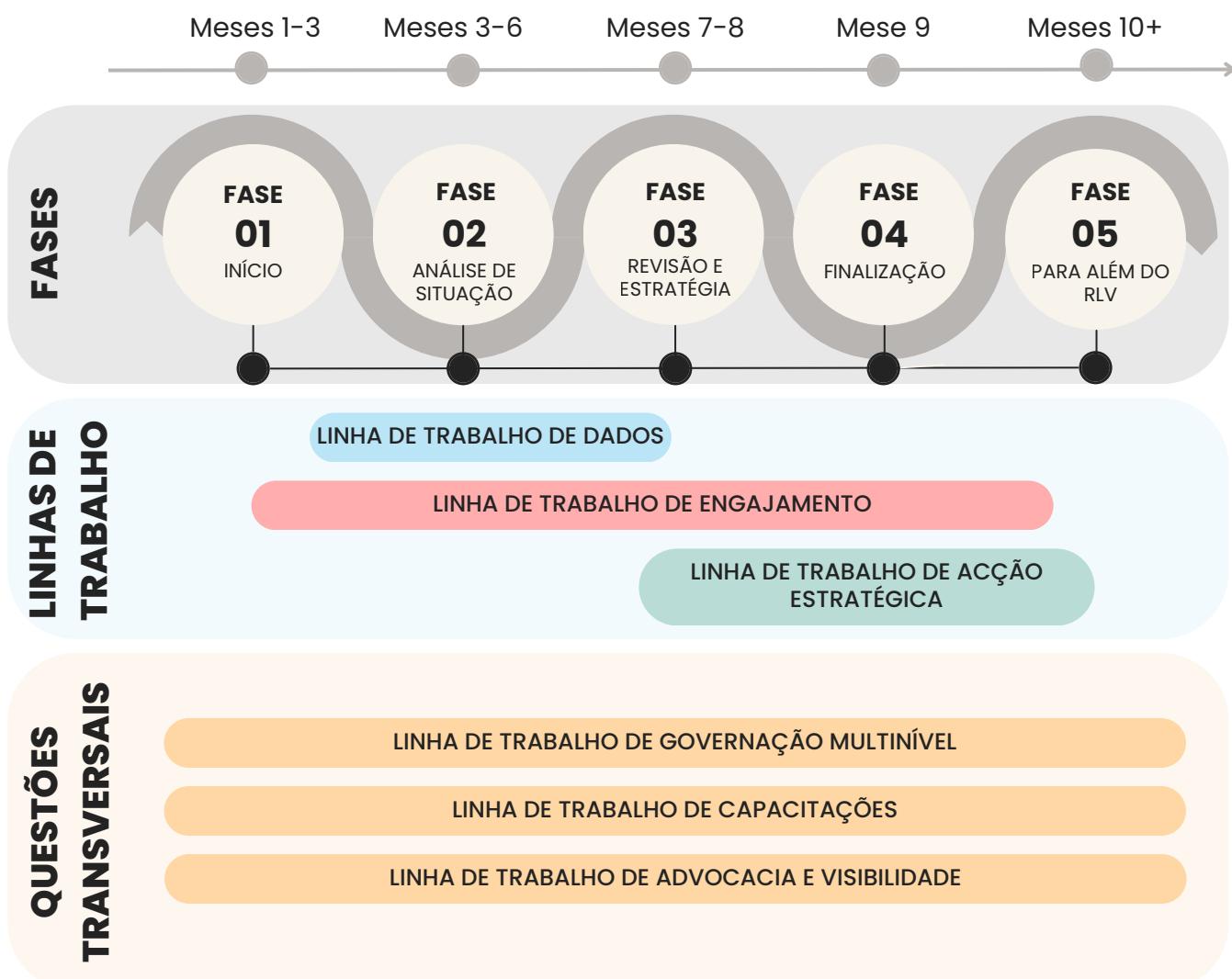


UMA PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO

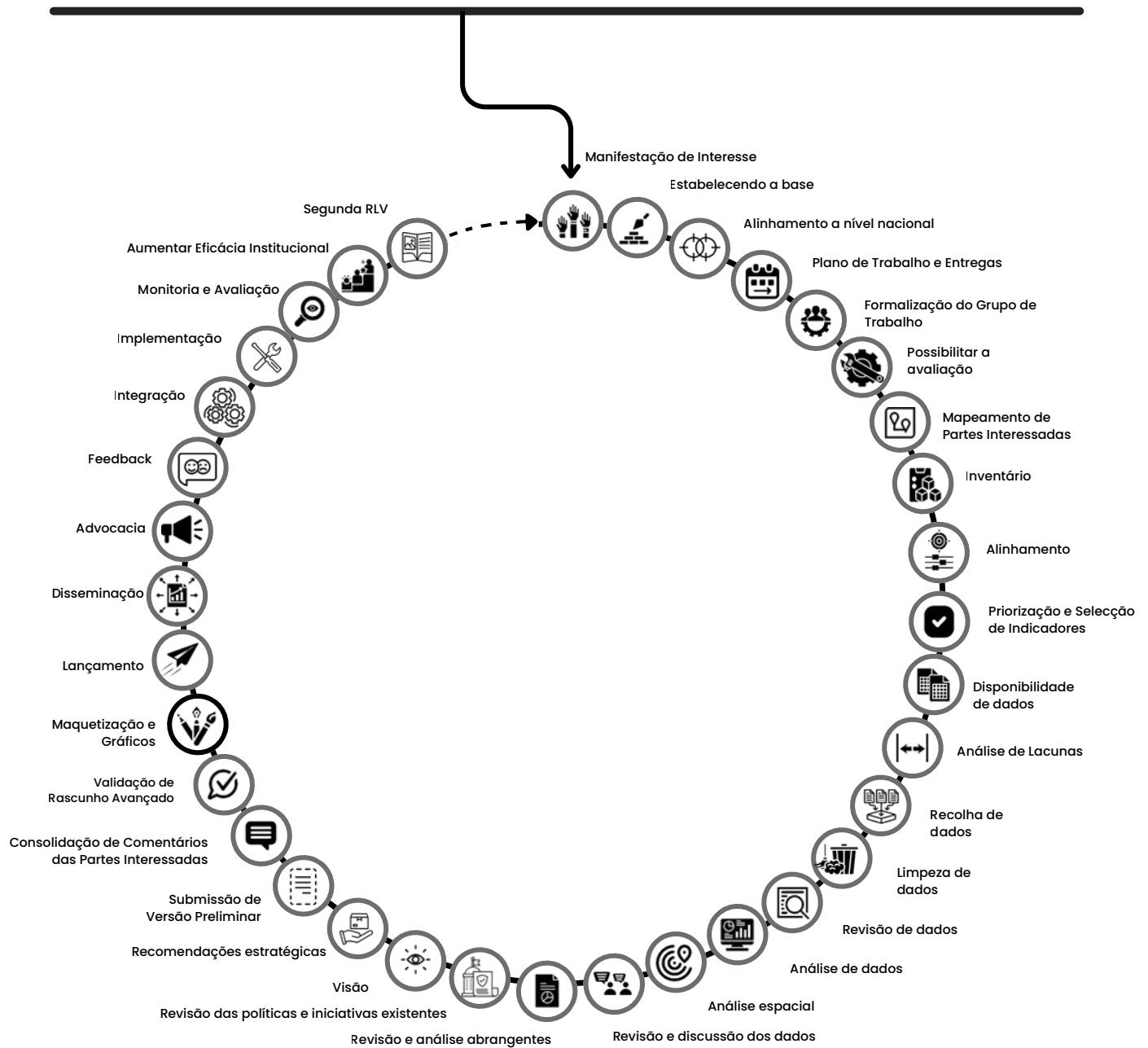
O plano de trabalho proposto descreve um possível roteiro para a criação de uma RLV que pode ser usado por qualquer GLR ou parceiro interessado em iniciar ou aprimorar sua jornada de RLV.

O processo de desenvolvimento da RLV sugerido compreende cinco fases que actuam como uma linha do tempo orientadora. Cada fase engloba várias etapas de trabalho, que são organizadas em diferentes linhas de trabalho. Três linhas de trabalho principais são identificadas: (i) dados; (ii) engajamento; e (iii) acção estratégica. A metodologia também identifica elementos transversais que influenciam todas as etapas do trabalho e devem ser incorporados ao longo da produção de uma RLV Orientada à Acção. Estes incluem: (a) Governação Multinível, (b) Capacitação e (c) Advocacia.

Nesta metodologia, o processo de RLV é apresentado para seguir uma ordem concreta. É importante notar, no entanto, que, na prática, as fases podem se sobrepor e que as fronteiras entre as etapas de trabalho tendem a se tornar difusas. Além disso, cada processo de RLV é condicionado por elementos contextuais únicos que influenciam seu desenvolvimento e linha do tempo. Como tal, o processo de RLV é em grande parte específico do contexto e pode ser adaptado aos meios e necessidades das cidades ou regiões participantes. É altamente recomendável delinear uma abordagem estratégica específica do projecto e um plano de trabalho para a RLV com cronogramas de conclusão e entregáveis definidos semelhantes ao apresentado aqui.



RESUMO DOS PASSOS PARA A ELABORAÇÃO DAS RLVS



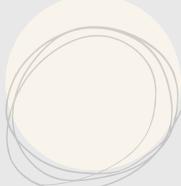
ESTRUTURA

Esta secção apresenta o plano de trabalho da RLV, incluindo suas diferentes fases, etapas, linhas de trabalho e questões transversais. Em seguida, é realizada uma análise aprofundada das diferentes etapas de trabalho de cada fase, juntamente com notas de orientação detalhadas para cada linha de trabalho, oferecendo informações e recursos adicionais. Ferramentas de apoio e links para iniciativas alinhadas são incluídos em cada etapa. A quarta e última seção conclui com um exemplo de estrutura para uma RLV, incluindo uma proposta de estrutura para os capítulos e uma lista abrangente de recursos.

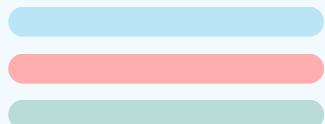
Chave de Referência do documento

O painel do lado esquerdo indicará em qual seção você está:

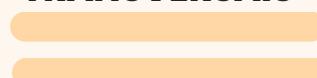
FASES



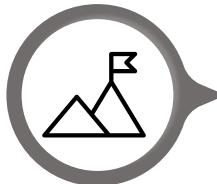
LINHAS DE TRABALHO



QUESTÕES TRANSVERSAIS



ETAPAS DE TRABALHO



Etapas de trabalho estão coloridas da seguinte forma:

- Azul é para a linha de trabalho de dados
- Vermelho para a linha de trabalho de engajamento
- Verde é para a linha de trabalho de acção



Etapas com múltiplas cores podem envolver duas linhas de trabalho simultaneamente.



FASES



FASES

Meses 1-3 Meses 3-6 Meses 7-8 Meses 9 Meses 10+

**FASE
01**
INÍCIO

**FASE
02**
ANÁLISE DE
SITUAÇÃO

**FASE
03**
REVISÃO E
ESTRATÉGIA

**FASE
04**
FINALIZAÇÃO

**FASE
05**
PARA ALÉM DO
RLV

LINHAS DE TRABALHO

LINHA DE TRABALHO DE DADOS

LINHA DE TRABALHO DE ENGAJAMENTO

LINHA DE TRABALHO DE ACÇÃO
ESTRATÉGICA

QUESTÕES TRANSVERSAIS

LINHA DE TRABALHO DE GOVERNAÇÃO MULTINÍVEL

LINHA DE TRABALHO DE CAPACITAÇÕES

LINHA DE TRABALHO DE ADVOCACIA E VISIBILIDADE



Este é o seu roteiro para o documento.

FASE 01

FASE 02

FASE 03

FASE 04

FASE 05

FASES

INÍCIO

A fase inicial da RLV é fundamental para estabelecer as bases para o trabalho futuro e permitir a sua avaliação. Um dos elementos-chave da Fase 1 é a criação de um grupo de trabalho RLV e com definição dos resultados a serem alcançados e as possibilidades de financiamento. A ferramenta de orçamento do UN-Habitat ajuda a estabelecer uma visão geral dos custos a antecipar. Em preparação para a próxima fase, um workshop técnico deve ser realizado no final da fase inicial para discutir o plano para o desenvolvimento da RLV e a cooperação entre o grupo de trabalho local.

PRINCIPAIS ETAPAS DO TRABALHO

Manifestação de Interesse



O interesse em realizar uma RLV é expresso. Isto pode ser impulsionado directamente pelo governo local ou regional, mas também pelo governo nacional. Se o UN-Habitat estiver envolvido na coordenação da RLV, esta etapa pode incluir a assinatura de uma Carta de Intenções.

Estabelecendo a base



Familiarização com materiais de orientação RLV. Conexão com possíveis parceiros colaboradores.

Alinhamento a Nível Nacional



Alinhamento com o nível nacional e a RNV (por exemplo, entrando em contacto com os ministérios relevantes e informando-os da intenção de produzir uma RLV), bem como o LRGA que pode produzir uma RSV com base no progresso local dos ODS. Abra um canal de comunicação e explore opções de cooperação.

Plano de Trabalho e Entregas



Acordo sobre o plano de tempo, entregas e possibilidades de financiamento.

Formalização do Grupo de Trabalho



Criação de um grupo de trabalho RLV. A formação exacta e o tamanho do grupo de trabalho dependem das capacidades e necessidades do município em questão. Essa etapa também engloba a identificação das secretarias municipais relevantes para apoiar o processo de RLV.

Possibilitar a avaliação



Um workshop técnico com os parceiros e o grupo de trabalho local da RLV para discutir os objectivos da RLV, o engajamento planeado das partes interessadas, as ferramentas possíveis, as estruturas de indicadores existentes, as oportunidades de defesa e as maneiras de aproveitar as descobertas da RLV. Possibilidade de convidar outras localidades que tenham realizado RLVs (se presentes no país) para troca de conhecimento.

Avaliação de capacidades e necessidades de formação, e posterior planeamento do ensino.

GRUPO DE TRABALHO RLV

O grupo de trabalho da RLV é composto pelos actores chave envolvidos no processo da RLV. Dependendo das estruturas, experiência e recursos governamentais existentes, as funções exactas e o tamanho do grupo de trabalho podem variar. Em algumas circunstâncias, um actor pode assumir vários papéis, em outros casos, os papéis podem ser expandidos para vários actores. Por exemplo, é possível ter vários especialistas em dados no grupo se a análise planeada for muito extensa e incluir análise espacial especializada. Em algumas ocasiões, as RLVs são produzidas com um indivíduo-chave assumindo a maioria das funções de execução e o ponto focal UN-Habitat fornecendo orientação como gestor de projecto.



OFICIAL DE REDAÇÃO

O papel fundamental do redactor é compilar as evidências e elaborar um relatório RLV coerente e bem estruturado. Forte experiência em redacção de relatórios e publicações anteriores são vantajosas para essa função.



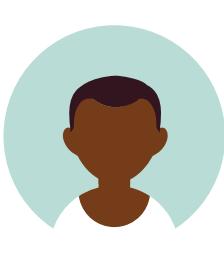
OFICIAL DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS

O(a) Oficial de engajamento de partes interessadas é responsável por estabelecer, gerenciar e manter o relacionamento com os públicos relevantes. Eles organizam os fóruns de engajamento e representam as vozes das diversas partes para o grupo.



OFICIAL DE DADOS

O(a) Oficial de Dados supervisiona a recolha, limpeza e análise de todas as evidências. Essa responsabilidade deve ser desempenhada por alguém com habilidades sólidas em gestão e análise de dados, além de experiência em lidar com diversas fontes de dados.



GESTOR(A) RLV

O(a) Gestor(a) da RLV supervisiona o comité da RLV e assegura que a produção da RLV e a cooperação entre os diversos parceiros avancem de maneira satisfatória. É crucial monitorar de perto os prazos definidos e o financiamento disponível para garantir a conformidade.



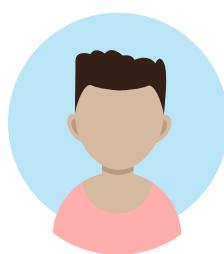
REPRESENTANTE LOCAL

O(a) representante local é um especialista nas estruturas do governo local, nos planos políticos existentes e nas possíveis fontes de dados. Eles devem ter boas conexões entre os governos departamentais, bem como para partes interessadas fora do governo, e entender as necessidades e desafios locais.



REPRESENTANTE NACIONAL

O(a) representante nacional representa as prioridades do nível nacional e garante uma integração bem-sucedida entre a RLV e o RNV. Eles são fundamentais para garantir uma comunicação eficaz entre as diferentes esferas do governo e pode ajudar com fontes de financiamento, troca de conhecimento conectando diferentes actores e acesso a dados.



PONTO FOCAL DO UN-HABITAT

O Ponto Focal UN-Habitat deve ter experiência em Localização dos ODS e produção de RLVs. O ponto focal irá actuar como especialista na metodologia e garantir uma comunicação eficaz entre entidades da ONU, como escritórios regionais e nacionais, e o grupo de trabalho.



CONSULTORES(AS)

Os(as) consultores(as) podem ter conhecimento especializado sobre um determinado aspecto do processo de RLV ou experiência em realização de uma RLV em contexto semelhante. Seus conselhos podem preencher conhecimento ou experienciar lacunas dentro do grupo de trabalho da RLV. É possível que o orientador seja um dos colaboradores parceiros.

ANÁLISE DE SITUAÇÃO

A segunda fase é dedicada à selecção de indicadores, recolha de dados e sua análise. Requer um estudo inicial dos planos nacionais e locais existentes e documentos que incluem medição ou prioridades temáticas de uma área. Estes serão combinados e enriquecidos com os indicadores dos ODS e outros quadros de indicadores disponíveis, como o Quadro Global de Monitoria Urbana, do inglês Urban Monitoring Framework (UMF). Posteriormente, as fontes de dados disponíveis são identificadas, e os dados são recolhidos e analisados. A Análise da Situação também é uma oportunidade para envolver as partes interessadas para recolher insumos sobre as prioridades de monitoria e complementá-las lacunas de dados existentes. A Análise da Situação é finalizada com um relatório de dados, delineando os resultados brutos ou a análise (por vezes referidos como os documentos ODS ou o Relatório UMF, dependendo dos indicadores pelos quais está estruturado).

PRINCIPAIS ETAPAS DO TRABALHO

Mapeamento de Partes Interessadas



Identificação de todas as partes interessadas relevantes, bem como suas influência e interesses, e os momentos durante o processo participativo no qual eles devem estar envolvidos. Desenvolvimento de uma estratégia/plano de acção para incentivar a sua participação e entrada, incluindo que tipo de dados eles possuem.

Inventário



Inventário de planos ou documentos nacionais/lokais/estratégicos relevantes ou outros existentes que incluem indicadores que já está se medindo nesta área ou demonstrou-se interesse em medir.

Alinhamento



Alinhamento dos indicadores com os ODS e o Quadro Global de Monitoria Urbana (UMF).

Priorização e Selecção de Indicadores



Seleção de indicadores a serem incluídos na RLV (com base, por exemplo, em objectivos da cidade, metas estratégicas, uma representação dos domínios UMF). Possibilidade de priorização e selecção de indicadores relevantes pelas partes interessadas.

Disponibilidade de dados



Identificação de fontes de dados, incluindo verificações de sua acessibilidade, qualidade e disponibilidade ao longo do tempo.

FASE
01

FASE 02

FASE
03

FASE
04

FASE
05

Nesta etapa, também é útil entender como os dados são desagregados espacialmente e entre subgrupos populacionais. Nos casos em que os dados não estejam actualmente disponíveis, indicadores podem ser destacados para exploração potencial através de engajamento de stakeholders e/ou comunidade.

Análise de lacunas

Avaliação da selecção actual de indicadores em relação à sua abrangência dos ODS e dos domínios do UMF. Se certas áreas temáticas forem apenas parcialmente abordadas pela selecção actual de indicadores, mas forem consideradas relevantes para o RLV, inicie uma nova revisão de possíveis indicadores e sua disponibilidade de dados.

Recolha de dados

Recolha de dados em colaboração com departamentos e instituições governamentais pertinentes.

Participação dos Interessados e/ou da comunidade na recolha de dados actualmente indisponíveis ou na melhoria dos dados existentes. Oportunidade de colaborar ou receber orientação de outras iniciativas dedicadas a áreas de pesquisa específicas (Ver: "Abordagens de Análise").

Limpeza de dados

Limpeza e verificação de dados para assegurar a avaliação de um número amplo e diversificado de indicadores. Potencial para iniciar outra rodada de recolha de dados conforme necessário.

Revisão de dados

Revisão dos dados recolhidos com a oportunidade para os Interessados reflectirem sobre as necessidades de mais evidências e sugestões de dados adicionais ou diferentes.

Análise de dados

Análise de dados, incluindo revisões sobre o alinhamento dos indicadores com os objectivos locais ou nacionais / valores-alvo dos ODS. Possibilidade de incluir critérios rigorosos para indicadores UMF com base em valores mínimos e máximos globais.

Análise Espacial

Capacidade de realizar análise espacial e gerar mapas analíticos que demonstram as variações espaciais nas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do território.

Revisão e Discussão dos Dados

Capacidade de apresentar e debater dados, incluindo análise espacial, com as partes interessadas. Identificar questões de alta prioridade para estas, juntamente com sugestões de melhoria.

SELECÇÃO DE INDICADORES

Em sua essência, as RLVs medem o progresso em direcção à Agenda 2030 com base nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Para isso, os indicadores dos ODS, que foram formulados para aplicação a nível nacional, precisam ser revistos, adaptados, substituídos para atender aos desafios e dinâmicas únicas das comunidades locais. Este pode ser um processo complexo e detalhado, geralmente envolvendo a integração de indicadores adicionais que já existem no quadro político de uma cidade ou região, incluindo aqueles encontrados em planos locais, nacionais ou estratégicos existentes. Outro recurso valioso para indicadores relevantes para a cidade é o Quadro Global de Monitoria Urbana (UMF), projectado explicitamente para compilar e harmonizar índices para medir os ODS urbanos. O UMF não só oferece uma metodologia abrangente e orientação para medir indicadores, mas também fornece referências globais para acompanhar o progresso. Além disso, a UMF introduz suas próprias dimensões e objectivos, oferecendo uma perspectiva adicional sobre o desenvolvimento de uma cidade ao lado dos ODS. Se outras estruturas de indicadores estiverem disponíveis, elas também podem ser incorporadas e alavancadas. A chave é organizar e alinhar todos esses indicadores sob a estrutura abrangente dos ODS, garantindo que a RLV sirva seu propósito de relatar o progresso em direcção aos ODS e à Agenda 2030. Alguns RLVs relatam todos os ODS, outros apenas um subconjunto.

Para navegar pela ampla gama de indicadores e facilitar seu alinhamento e selecção, O UN-Habitat criou uma Ferramenta de Dados que alinha todos os indicadores dos ODS com os do UMF e da Nova Agenda Urbana e facilita a adição de medidas de planos locais, nacionais ou estratégicos existentes em uma estrutura de indicadores harmonizada e abrangente.

Observe que a selecção de indicadores pode mudar o foco e o peso de ODS específicos dentro da RLV. Esta pode ser uma oportunidade interessante para destacar certos tópicos de particular relevância e, por exemplo, para criar uma RLV mais centrado no clima, mas isso deve ser feito de forma propositada e sem negligenciar outros temas chave. De um modo geral, a selecção dos indicadores deve ser transparente, imparcial e justificada. Se a RLV não incluir todos os ODS ou todos os indicadores por ODS, é uma boa prática incluir partes interessadas ou parceiros no processo de selecção.

Às vezes, a selecção de indicadores tem base em dados e é informada pela disponibilidade de informações. Esta é uma limitação lógica, embora seja encorajado a considerar se a recolha de dados próprios poderia preencher as lacunas de dados existentes e permitir a inclusão de tópicos que são relevantes, mas actualmente fracamente sustentados com dados oficiais.

ABORDAGENS DE ANÁLISE

Medir e analisar os dados que informam uma Revisão Local Voluntária é um processo multifacetado. Normalmente, a análise central envolve a avaliação de uma tendência ao longo do tempo para avaliar se uma cidade ou região está "no caminho certo" para atingir uma meta ou objectivo específico. O estabelecimento dessas tendências requer o uso de valores-alvo ou pontos de corte, que podem ser difíceis de definir. Às vezes, os valores-alvo podem ser extraídos dos próprios ODS, outras vezes é possível usar metas locais ou nacionais de planos existentes. O UMF é outra ferramenta importante que fornece valores mínimos e máximos globais para seus indicadores urbanos que podem ser usados para dimensionar e avaliar indícios provenientes dos dados locais. Também é importante desagregar os dados e aplicar uma lente interseccional à análise para captar padrões e possíveis desigualdades dentro da população.

Dependendo do indicador, também pode ser apropriado se envolver em análises alternativas ou adicionais. É importante ressaltar que tem havido uma ênfase crescente na incorporação de dados qualitativos para contextualizar e interpretar correctamente os valores quantitativos.

A análise espacial também pode ser de grande importância para garantir que a análise da RLV seja mais granular e precisa, fornecendo evidências que orientarão recomendações e acções adaptadas às especificidades de cada território.

A complexidade de uma análise de RLV depende em grande parte dos objectivos da revisão, bem como das capacidades e recursos disponíveis. Se houver interesse em focos de análise específicos ou metodologia de pesquisa mais extensa, inúmeras iniciativas do UN-Habitat e parceiros, como a UCLG, podem fornecer apoio e orientação adicionais. Alguns exemplos notáveis de iniciativas que podem ser integradas ao processo de RLV são apresentados a seguir.

Iniciativas relacionadas especializadas em esforços específicos de recolha ou análise de dados (clique para obter mais informações):



NOSSOS PLANOS URBANOS (OUR CITY PLANS)

Nossos Planos Urbanos é uma caixa de ferramentas global desenvolvida pelo UN-Habitat que orienta e apoia governos locais e actores urbanos para melhor entender e desenvolver processos de planeamento urbano inclusivos e integrados. A metodologia flexível e modular está estruturada em 4 fases, 12 blocos e 58 actividades passo a passo que podem ser adaptadas de acordo com as necessidades e o contexto local. Oferece mais de 60 ferramentas e modelos para orientar os municípios em diversas áreas temáticas, como participação, financiamento urbano, acção climática e inclusão socioespacial, incluindo recolha e análise de dados com foco importante no engajamento das partes interessadas.

O OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (METROPOLIS)

O Observatório das Metrópoles (METROPOLIS), por meio do uso de dados, indicadores e geração de conhecimento, promove a implementação de agendas globais nas regiões metropolitanas. Liderado pela Área Metropolitana de Barcelona, o observatório está organizado em um conjunto de documentos temáticos e indicadores metropolitanos.





LABORATÓRIO URBANO UN-HABITAT (URBAN LAB)

O Laboratório Urbano UN-Habitat é um componente vital da missão do UN-Habitat para avançar desenvolvimento urbano sustentável em colaboração com governos nacionais e locais. Consegue isso por meio do processo de Planeamento Urbano Integrado, que é sustentado pelo processo de produção de evidências espaciais, fornecendo suporte técnico essencial para a tomada de decisão e alinhando o desenvolvimento urbano com o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11) e a Nova Agenda Urbana (NUA). Ao traduzir os ODS e a NUA em objectivos práticos de planeamento, organizar conjuntos de dados abrangentes, incorporar considerações espaciais e facilitar a monitoria, o Laboratório Urbano UN-Habitat capacita os governos a fazer escolhas informadas, harmonizar seus esforços com agendas globais, alocar recursos de forma eficiente e monitorar o progresso na busca do desenvolvimento sustentável.

OBSERVATÓRIO GLOBAL DE PROXIMIDADES SUSTENTÁVEIS

O Observatório Global de Proximidades Sustentáveis (Global Observatory of Sustainable Proximities), iniciado pela Chair ETI, UCLG, C40 e UN-Habitat, visa enfrentar os desafios advindos da crise ambiental, desigualdades socio-espaciais e tensões políticas, promovendo o conceito de proximidade urbana.

Inspirada no conceito de "cidade de 15 minutos", esta iniciativa centra-se na criação de modelos urbanos sustentáveis que priorizam o bem-estar humano, o acesso equitativo a funções essenciais e a resiliência climática. O Observatório Global de Proximidades Sustentáveis serve como uma plataforma de compartilhamento de conhecimento e capacitação, unindo actores urbanos globais para impulsionar mudanças transformadoras nas estratégias urbanas e melhorar a qualidade de vida nas cidades em todo o mundo por meio de uma abordagem focada na proximidade. O programa desenvolverá conceitos de proximidade universalmente aplicáveis, medidas e indicadores oficiais, um centro global de compartilhamento de conhecimento e uma rede para apoiar as cidades na implementação, contribuindo para a Revisão Local Voluntária.



FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO À ESCALA URBANA

A ferramenta de avaliação do espaço público à escala urbana (do inglês, City-Wide Public Space Assessment Tool) oferece uma compreensão abrangente da distribuição espacial, acessibilidade, conectividade de rede, quantidade e qualidade dos espaços públicos no nível da cidade. A ferramenta auxilia governos locais/nacionais e parceiros na recolha de dados precisos sobre espaços públicos, na identificação de áreas para criação ou reabilitação desses espaços e no desenvolvimento de planos e estratégias futuras. Além disso, os resultados da avaliação do espaço público em toda a cidade não apenas fornecem a base para o desenvolvimento de estratégias e planos de acção, mas também definem os recursos necessários para sua efectiva implementação.



UNITAC HAMBURGO

Acelerador de Tecnologia de Inovação das Nações Unidas para Cidades (do inglês, United Nations Innovation and Technology Accelerator for Cities, UNITAC), é uma iniciativa colaborativa envolvendo o UN-Habitat, o Escritório das Nações Unidas para Tecnologia da Informação e Comunicação (UN OICT) e a Universidade HafenCity. É um componente fundamental do "People-Centred Smart Cities" Flagship e auxilia governos nacionais e locais em sua jornada de transformação digital, promovendo o uso ético e inclusivo de tecnologias digitais. A abordagem tripla da UNITAC engloba estratégias, ferramentas digitais e capacitações, enfatizando o planeamento com base em evidências e o envolvimento activo dos cidadãos e das partes interessadas nos processos de tomada de decisão. Os projectos do programa e as ferramentas visam acelerar particularmente o progresso em direcção ao ODS 11.



INICIATIVA DE QUALIDADE DE VIDA DO UN-HABITAT

A Iniciativa Global de Qualidade de Vida do UN-Habitat (Quality of Life Initiative) oferece uma oportunidade para que se volte a concentrar no que importa para as pessoas e dá valor às suas vidas e, desse modo acrescenta-se uma dimensão centrada no ser humano à avaliação do progresso nas cidades e vilas. A Iniciativa apresenta uma oportunidade estratégica para contribuir para a agenda de

acção delineada no relatório Nossa Agenda Comum (Our Common Agenda) do Secretário-Geral. Ao colocar as pessoas no centro da definição de qualidade de vida, olhando para medidas avançadas relacionadas com o bem-estar e a satisfação com a vida, a iniciativa proporciona uma perspectiva única que vai além do PIB, que é adaptada ao nível local e ajustável a vários contextos.



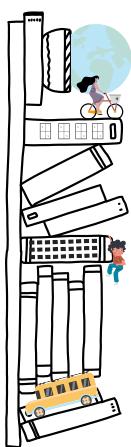
A CIDADE DELA (HER CITY)

A Cidade Dela é uma iniciativa colaborativa de desenvolvimento urbano do UN-Habitat e da Shared City Foundation, apoiada pela Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Sida), Agência Sueca de Inovação (Vinnova) e Global Utmaning. Este programa tem como objectivo fornecer às cidades as ferramentas e métodos para aumentar a participação das raparigas no planeamento urbano e oferecer aos profissionais municipais e aos decisores urbanos os meios para integrar a juventude, o género e as perspectivas socioeconómicas no planeamento urbano, promovendo cidades inclusivas e sustentáveis para todos. A Cidade Dela desenvolveu uma caixa de ferramentas única composta por 9 blocos de intervenções para o planeamento urbano centrado nas meninas. Desde o seu lançamento em 2021, o programa envolveu 1.200 utilizadores de 430 cidades e iniciou 350 projectos em 120 países. A próxima fase da Cidade Dela, Cidade Dela 2030, concentra-se na capacitação, no estabelecimento de uma rede global e na promoção de cidades transformadoras com perspectiva de género. Contribui para vários Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e está a desenvolver activamente indicadores para apoiar Revisões Voluntárias Locais.

CONHEÇA SUA CIDADE (KNOW YOUR CITY/KYC)

A campanha Know Your City, uma iniciativa conjunta das federações de pobres urbanos filiadas à Slum Dwellers International (SDI) e da União de Cidades e Governos

Locais de África (UCLG-África), é um poderoso mecanismo de organização comunitária, governação local participativa, construção de parcerias e acção colectiva. Muitos Municípios não têm os dados necessários para o planeamento inclusivo da cidade e/ou dos ODS, e as comunidades em assentamentos informais são vistas como um fardo para a cidade. Os dados de KYC sobre assentamentos informais preenchem essa lacuna e permitem um diálogo informado sobre políticas e práticas inclusivas.





REVISÃO E ESTRATÉGIA

A terceira fase mergulha na revisão dos dados e em como construir próximos passos estratégicos com base em evidências. Este processo inclui uma análise das políticas e iniciativas existentes que contribuíram para o estado actual em um determinado território e subsequente sugestão do que manter, fortalecer, melhorar ou abolir. Normalmente, as recomendações para as próximas etapas são guiadas por uma "visão" que pode ser extraída de documentos anteriores ou desenvolvida como parte do processo de RLV.

PRINCIPAIS ETAPAS DO TRABALHO

Revisão e análise abrangentes



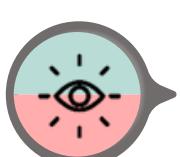
Revisão e análise completas de todos os dados recolhidos e sua relação com os ODS (e os domínios UMF). Produção dos chamados 'Documentos de Discussão ODS' que compreendem as conclusões por cada ODS, incluindo os dados e narrativa em torno deles.

Revisão das políticas e iniciativas existentes



Identificação e revisão de projectos e/ou políticas actuais que influenciaram o contexto dos ODS e ajudam a explicar (até certo ponto) o status da cidade ou região. Destaque sucessos, lacunas e potencial de melhorias. Isso pode incluir as contribuições das partes interessadas.

Visão



Desenvolvimento de uma visão para o território e a comunidade, tendo em conta as evidências recolhidas e os planos locais/regionais/nacionais/estratégicos actuais. É fortemente recomendado co-desenvolver a visão com actores envolvidos e gerar possíveis recomendações de políticas e acções para implementação colectiva.

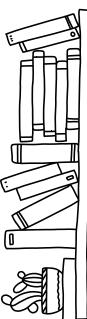
Recomendações Estratégicas



Consolidação de uma lista de recomendações de políticas públicas para melhorar estrategicamente o progresso nos ODS, ligando as deficiências existentes e trabalhando em prol da visão desenvolvida. As recomendações devem incluir acções específicas e vias de execução.

O QUE Torna UMA RECOMENDAÇÃO ACIONÁVEL?

FASE
03



As RLVs orientados para a acção propõe que por meio de exaustaiva recolha e análise de dados se construam próximos passos significativos e recomendações estratégicas concretas que impulsionam a acção. Mas o que torna uma recomendação verdadeiramente acionável? Várias considerações importantes podem ajudar a transformar as recomendações de resumos bem intencionados em poderosos aceleradores de mudança. Em resumo, as recomendações orientadas para a acção são aquelas que são práticas, bem definidas e têm um plano claro de execução e implementação.

Relevância – Uma recomendação está intimamente alinhada com o contexto, os objectivos e as necessidades da situação ou problema em questão. Em outras palavras, aborda as lacunas e desafios mais importantes que foram destacados na análise da RLV.

Conhecimento – Uma recomendação sugere uma solução ou caminho a seguir que é informado por evidências e tem base em exemplos bem-sucedidos de implementação. Se não houver exemplos adequados, deve se considerar cuidadosamente quais acções podem ser adequadas para o desafio em questão.

Especificidade – Uma recomendação fornece orientações claras e precisas sobre o que precisa ser feito, não deixando espaço para interpretação ou confusão. Sempre que possível, designa partes ou entidades responsáveis que garantirão a sua implementação e seus resultados, bem como um calendário para que a acção seja iniciada e concluída.

Viabilidade – Uma recomendação deve ser alcançável de forma realística dentro das restrições dadas. Pode referir-se a recursos e tempo disponíveis. Também considera sinergias com os objectivos estratégicos actuais e planos existentes. Os recursos necessários, como financeiros, humanos ou tecnológicos, devem ser identificados ou disponibilizados para facilitar a implementação.

Envolvimento das partes interessadas – Uma recomendação considera os insumos partilhados pelas partes interessadas ao longo do processo de RLV para priorizar itens de acção, bem como para o desenvolvimento de soluções adequadas. A etapa de "Visão" pode ser uma oportunidade significativa para obter insumos valiosos e co-desenvolver recomendações de acordo com os pontos de vista das partes interessadas. Isso também promove seu compromisso com a acção proposta.

Mensurabilidade – Uma recomendação inclui critérios de sucesso e métricas de desempenho, permitindo a monitoria e avaliação bem-sucedidas do progresso. Idealmente, deve-se especificar quem e com que frequência o progresso é avaliado.

Flexibilidade – Uma recomendação permite ajustes ou revisões à medida que as circunstâncias mudam ou novas informações surgem.

FASE
01

FASE
02

FASE
03

**FASE
04**

FASE
05

FASES

FINALIZAÇÃO

Na quarta fase, a RLV é validada e lançada. Isso refere-se à submissão e revisão de uma primeira versão preliminar avançada do relatório, incluindo a consolidação de comentários de partes interessadas e parceiros. O documento final é preenchido com layout e gráficos. Dado o valor local e internacional do documento RLV, os parceiros podem decidir traduzir a RLV para diferentes idiomas locais, considerando também a divulgação dos resultados para grupos com diferentes necessidades de acessibilidade. A fase 4 é concluída com o lançamento da RLV.

PRINCIPAIS ETAPAS DO TRABALHO



Submissão de versão preliminar

Submissão do primeiro rascunho ou rascunho avançado para revisão ao grupo de trabalho RLV e parceiros colaboradores.



Consolidação dos comentários

Integração de comentários e sugestões. Possibilidade de apresentar a versão preliminar avançada do documento às partes interessadas para revisão colaborativa.



Validação da Versão Preliminar Avançada

Validação da versão preliminar avançada do documento RLV pelo GLR e entidades relacionadas. Possibilidade de compartilhar com o nível nacional para revisão



Layout e Gráficos

Finalização da RLV concluída com layout, design e gráficos.



Lançamento

A RLV é lançada. Isso pode ser feito em um evento de lançamento dedicado ou integrado a um evento internacional e da ONU sobre localização dos ODS, como o Fórum Político de Alto Nível (HLPF) anual. Há a possibilidade de colaborar com municípios vizinhos ou organizações regionais em lançamentos conjuntos ou compartilhamento de recursos para superar restrições de financiamento e aumentar a visibilidade.

PARA ALÉM DA RLV

FASE
01

FASE
02

FASE
03

FASE
04

**FASE
05**

FASES

A RLV deve ser vista como um processo contínuo através do qual os governos locais e regionais podem avaliar suas conquistas e deficiências na busca dos ODS, aprender com eles, compartilhar suas experiências em processo de engajamento contínua com actores relevantes. A quinta fase da RLV engloba os meses após a publicação da RLV. Implica a divulgação da RLV, actividades relacionadas em advocacia e engajamento, bem como a partilha de experiências e lições aprendidas. Essa fase também é importante para iniciar a implementação das recomendações orientadas para a acção e monitorar o progresso das acções propostas. Por fim, sugerem-se ainda etapas para a preparação da próxima RLV para garantir relatórios consistentes e contínuos.

PRINCIPAIS ETAPAS DO TRABALHO

Disseminação



Divulgação da RLV final. Partilha com as autoridades governamentais nacionais e regionais relevantes, parceiros e partes interessadas, bem como o UN-Habitat. Disseminação da RLV e seus resultados com diversos públicos, garantindo que sejam compreendidas e socializadas.

Advocacia



Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação sobre as principais mensagens da RLV. Possibilidade de destacar a RLV como uma das melhores práticas para outros territórios da região (e não só) através de associações e redes de governos locais e/ou regionais. Conecte a RLV com eventos internacionais e da ONU sobre Localização dos ODS. Opção de entrar em contacto com o UN-Habitat para ser destaque nas redes sociais como parte da Série "RLV da Semana".



Feedback

Faça um briefing com membros do grupo de trabalho e partes interessadas para recolher feedback e resumir lições para o futuro.

Integração



Utilização da RLV e seus resultados para informar RNV e RSVs. Estabelecimento de um mecanismo de comunicação com o nível nacional para relatar e incorporar descobertas, recomendações e boas práticas.



Implementação das recomendações delineadas através, por exemplo, de propostas de políticas ou projectos.

Monitoria e Avaliação



Monitoria do progresso nas recomendações de RLVs. Avaliação exaustiva das acções implementadas e da sua utilidade para enfrentar os desafios específicos do contexto, bem como a realização dos ODS de forma mais geral. Tal deliberação pode incluir conclusões sobre a relação custo-eficácia e os impactos na equidade social, por exemplo. Os resultados devem ser partilhados para informar as políticas futuras e melhorar a eficácia das intervenções em curso.

Aumentar a eficácia institucional



Adaptação e institucionalização de mecanismos de engajamento de partes interessadas que funcionaram bem no contexto da RLV. Redes de governação multinível e conexões entre partes interessadas e comunidades são usadas para aumentar a eficácia institucional e apoiar acções participativas e baseadas em evidências no futuro.

Segunda RLV



Desenvolvimento de um cronograma provisório para a próxima RLV de acordo com o ciclo de políticas e as necessidades específicas do contexto. Recomendação para se preparar para o próximo RLV, estabelecendo monitoria regular dos indicadores ou dados que foram recolhidos para a RLV actual.

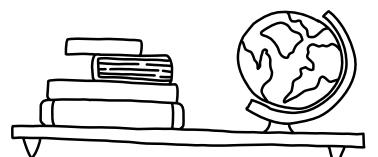
O CAMINHO A SEGUIR

A RLV é uma ferramenta vital para os GLRs orientarem suas estratégias de desenvolvimento e engajamento em programas e iniciativas. As RLVs servem como uma avaliação detalhada dos desafios e barreiras actuais ao desenvolvimento sustentável, com propostas concretas de melhorias. Como tal, fornecem um roteiro de acção que, para aproveitar todo o seu potencial, deve ser associado a RNVs e RSVs. Nesse sentido, a RLV pode ser usada para projectar e apoiar propostas de projectos e licitações de financiamento para implementar planos correspondentes. A RLV também identifica áreas que precisam de investigação adicional antes que medidas possam ser tomadas.

Para apoiar a implementação das recomendações de uma RLV e expandir ainda mais seu potencial, o UN-Habitat promove a conexão a outros parceiros, como os ODS Cidades ou Nossos Planos Urbanos (Our City Plans). Outras iniciativas oferecem a oportunidade de se concentrar em desafios específicos por meio de Laboratórios de Responsabilidade (Accountability Labs) dedicados ou no engajamento da comunidade para o planeamento criativo, como o projecto Bloco a Bloco. Vários outros exemplos são descritos anteriormente na secção "Abordagens de análise".

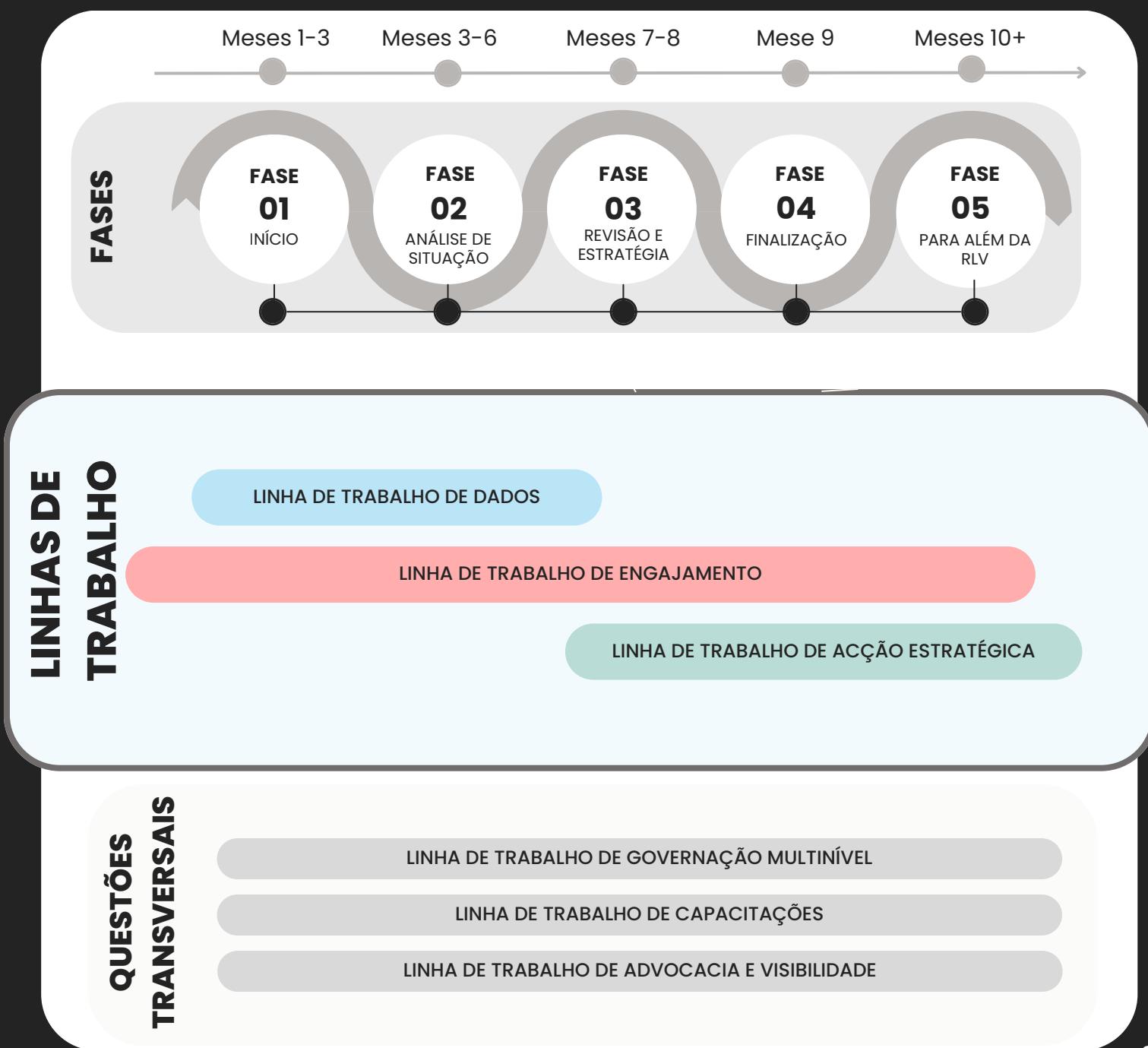
A chave é garantir que as descobertas e recomendações da RLV sejam activamente utilizadas na formulação de políticas, projectos e parcerias, promovendo assim o desenvolvimento local holístico e sustentável em linha com a Agenda 2030.

A RLV não é o término do caminho, mas um ponto de entrada estratégico para análises direcionadas e ações de acompanhamento.



NOTAS DE ORIENTAÇÃO DAS LINHAS DE TRABALHO

As Notas de Orientação das Linhas de Trabalho oferecem insumos detalhados sobre os componentes individuais e nuances práticas de cada linha. Elas fornecem orientações detalhadas sobre as etapas específicas do trabalho, abrangendo informações valiosas sobre os resultados esperados e recursos suplementares. Embora a visão geral anterior das fases forneça um esboço amplo e um roteiro de RLV conciso, as Notas de Orientação se aprofundam nos meandros da execução de etapas específicas, iluminando possíveis riscos e pontos que necessitem alguma cautela. Eles são uma perspectiva complementar e aprofundada sobre o processo de RLV. Esta lente detalhada e específica da trilha torna-se particularmente valiosa quando o processo de RLV está em andamento, pois fornece assistência prática e dicas para o trabalho prático da jornada da RLV.



LINHA DE TRABALHO: DADOS

A Linha de Trabalho de Dados (Data Track) abrange três fases da RLV: Início, Análise da Situação e Revisão e Estratégia. É fundamental construir a RLV com base em evidências fiáveis e pertinentes, e conectá-lo estrategicamente aos ODS, ao UMF e aos planos de desenvolvimento próprios do município.

MÉTRICAS

TEMPO SUGERIDO



1-4 meses

ACTOR PRINCIPAL



Especialista em Dados

MATERIAIS

NECESSÁRIOS

- Planos locais / regionais / nacionais / estratégicos actuais ou outros materiais que delineiem possíveis indicadores.
- O Quadro Global de Monitoria Urbana (UMF).
- Visão geral das metas dos ODS e indicadores
- Visão geral dos dados possíveis com fontes e repositórios

RESUTADOS

- Lista de indicadores para a RLV cruzados com os ODS, UMF e outros planos relevantes.
- Lista de indicadores para os quais são necessários dados adicionais.
- Visão geral dos ODS e domínios UMF que são cobertos pelos indicadores seleccionados (base para análise de lacunas / justificativa para uma selecção completa).
- Relatórios ODS, que são resumos de todos os dados analisados para cada ODS sob investigação.

FERRAMENTA

A **Ferramenta de Dados** oferece suporte às sete primeiras etapas da linha de trabalho de dados e produz uma lista de indicadores para a RLV que estão automaticamente alinhados com os ODS, o UMF e os planos nacionais / locais / estratégicos existentes. Ela agiliza o processo de selecção e auxilia o pareamento de indicadores com fontes de dados apropriadas.



PRINCIPAIS ETAPAS DO TRABALHO

Inventário



1. Familiarizar-se com os planos locais / nacionais / estratégicos existentes que abrangem o município.

- Identificar prioridades estratégicas que devem ser integradas e destacadas na RLV.
- Identificar metas e indicadores locais, nacionais ou estratégicos que estão atualmente sendo medidos e aqueles que se pretende medir no futuro.

Alinhamento



2. Familiarizar-se com as metas e indicadores dos ODS, bem como com os indicadores UMF.

- Idealmente, identificar sinergias e onde os ODS e as metas UMF se sobrepõem para enfatizar essas ligações e a importância de tais indicadores para a RLV.
- 3.** Combinar as metas e indicadores locais / nacionais / estratégicos com os ODS e o UMF.
- Identificar se determinadas metas locais são equivalentes às metas ODS e/ou UMF e destacá-las para inclusão na RLV.

Priorização e Selecção de Indicadores



4. Faça uma selecção inicial de indicadores para incluir na RLV com base, por exemplo, em objectivos da cidade, metas estratégicas, uma representação de domínios UMF ou prioridades de medição existentes.

5. Possibilidade de priorização e selecção de indicadores relevantes pelas diferentes partes interessadas.

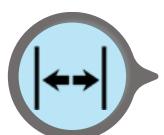
Disponibilidade de dados



6. Revise os indicadores seleccionados e avalie a disponibilidade, a oportunidade e a escala espacial dos dados.

- Os indicadores que foram seleccionados para serem incluídos e que têm dados disponíveis total ou parcialmente (fáceis de recolher, adquirir ou calcular) devem ser incluídos na RLV. Os indicadores que foram seleccionados para serem incluídos, mas para os quais os dados não estão actualmente disponíveis, devem ser destacados para a possibilidade de recolher dados com as partes interessadas.

Análise de Lacunas



7. Avaliar a cobertura dos ODS e domínios UMF.

- Se determinadas áreas temáticas forem apenas esparsamente cobertas pela selecção actual de indicadores, mas parecerem importantes para a RLV, inicie outra revisão de possíveis indicadores e sua disponibilidade de dados



Recolha de dados

8. Revisão Documental: Recolher dados sobre os indicadores seleccionados. Este deve ser principalmente um estudo documental dos dados já disponíveis, conforme identificado na etapa 5. Idealmente, os dados estão disponíveis para uma sequência regular de períodos definidos para permitir uma avaliação das tendências ao longo do tempo. Quando várias fontes de dados fornecem dados sobre o mesmo indicador, ambos devem ser observados como um meio de triangular e validar as evidências

9. Recolha de dados próprios/engajamento de partes interessadas: Os indicadores que foram seleccionados para serem incluídos e para os quais os dados não estão disponíveis actualmente podem ser medidos por meio de fontes de dados adicionais, talvez menos convencionais. Muitas vezes, isso incluirá o engajamento de partes interessadas e membros da comunidade, que podem ser integrados nos fóruns de partes interessadas descritos na Nota de Orientação da Linha de Trabalho de Engajamento de Partes Interessadas. Nesta fase, é importante rever os indicadores e reunir ideias sobre como recolher os dados necessários.

a. Mais recentemente, tem havido uma ênfase crescente na incorporação de dados qualitativos, que podem ser derivados do próprio envolvimento com as partes interessadas e a comunidade, estudos de caso anteriores ou mesmo a internet (embora isso possa levantar alguns desafios em relação à desinformação e propriedade).



Limpeza de dados

10. Identificar e corrigir erros, inconsistências e imprecisões nos dados recolhidos. Isso envolve lidar com valores ausentes, resolver duplicatas, padronizar formatos, lidar com valores extremos / atípicos (outliers) e validar a integridade dos dados. O objectivo da limpeza de dados é garantir que o conjunto de dados seja preciso e completo, pronto para análise e interpretação sensata.



Análise de dados

11. Examinar sistematicamente os dados para revelar tendências e padrões e criar uma visão geral coesa dos ODS sob investigação. A análise provavelmente envolverá várias técnicas, dependendo do tipo de indicador, que vão desde a análise estatística, até a análise qualitativa e visualização. Para alguns indicadores, pode ser apropriado se envolver em análises adicionais, como uma análise espacial. Os dados qualitativos podem ser perfeitamente integrados de várias maneiras, como incorporando citações ou criando caixas de estudo de caso.

LINHA DE TRABALHO: ENGAJAMENTO

A Linha de Trabalho de Engajamento de Partes Interessadas abrange todas as cinco fases da RLV. Possui duas funções principais: 1. Recolha de Dados para a RLV; 2. Revisão do conteúdo e visão da RLV. Um bom envolvimento das partes interessadas é fundamental para integrar diferentes actores, incluindo a comunidade, no processo de RLV para incluir as realidades vividas da população - É imperativo cumprir o princípio de "não deixar ninguém para trás".

MÉTRICAS

TEMPO SUGERIDO



6-8 meses

ACTOR PRINCIPAL



Oficial de Engajamento de Partes Interessadas

MATERIAIS NECESSÁRIOS

- Visão geral dos possíveis actores a engajar
- Visão geral das ferramentas viáveis para engajar as partes interessadas

RECURSOS ADICIONAIS

- [Guião de Parcerias ODS](#)
- [Decisão Urbana Participativa](#)
- [Nossos Planos Urbanos](#)
- [A Cidade dela](#)
- [Colecção de Jogos para Cidades](#)
- [Ligando UN-Habitat e universidades](#)

RESUTADOS

- Lista de partes interessadas viáveis e suas informações de contacto
- Plano de Engajamento de Partes Interessadas
- Agenda do Fórum de Partes Interessadas
- Por exemplo, dados adicionais sobre os ODS; Dados sobre visões e recomendações das partes interessadas; ou feedback sobre o processo de engajamento de partes interessadas

FERRAMENTA

A **Ferramenta de Engajamento de Partes Interessadas** apoia o mapeamento de partes interessadas, fornecendo uma plataforma virtual fácil de seguir para mapear estas partes interessadas e planejar seu engajamento efetivo. Além disso, os Modelos de Questionário fornecem um catálogo exemplar de perguntas a serem usadas durante os Fóruns de Partes Interessadas para recolher dados adicionais sobre os ODS ou derivar recomendações estratégicas com base nas evidências recolhidas. Os modelos também incluem perguntas para feedback e sugestões sobre o processo de engajamento.

PRINCIPAIS ETAPAS DO TRABALHO

LINHA DE TRABALHO DE ACÇÃO ESTRATÉGICA

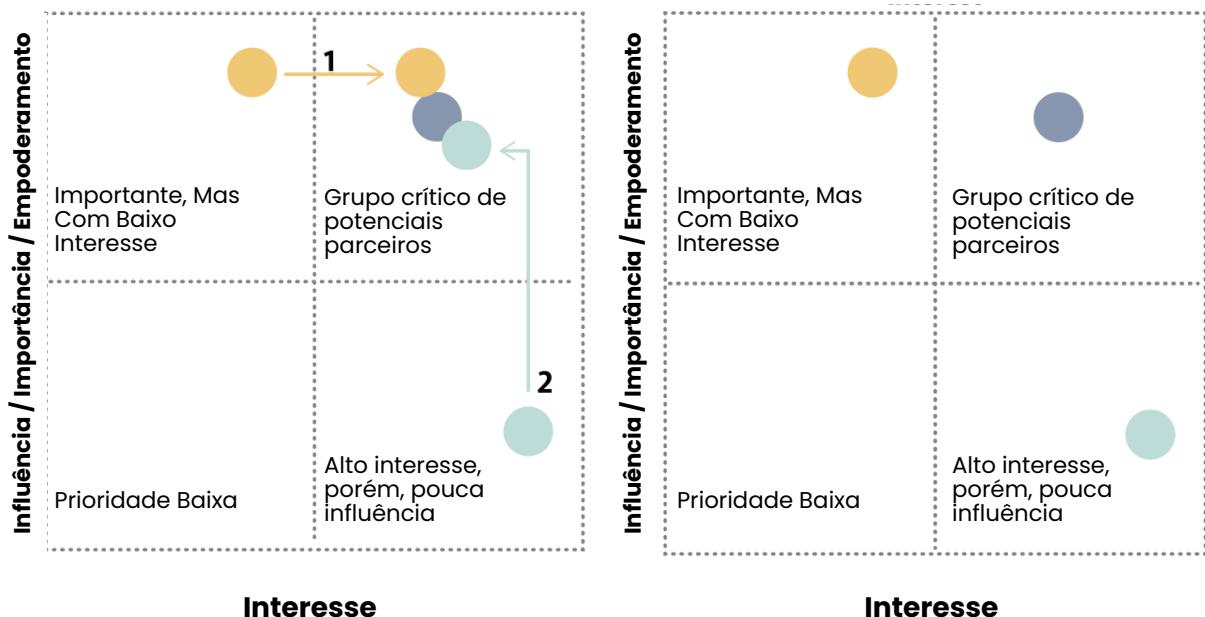
LINHA DE TRABALHO DE DADOS

LINHA DE TRABALHO DE ENGAJAMENTO



Mapeamento de Partes Interessadas

1. Identificar possíveis actores / partes interessadas (organizações, grupos e indivíduos) em diferentes sectores, detalhando seu interesse e possível contribuição.
 - a. As partes interessadas devem representar uma ampla gama de contextos, não apenas institucionalmente, mas também em termos de género, idade, etnia e outras características pessoais.
2. Descrever métodos para gerar e sustentar o engajamento das partes interessadas ao longo do processo, estratégias de abordagem conflitos de interesse ou tensões e expectativas em relação às contribuições das partes interessadas.
 - a. Possibilidade de mapear o interesse dos diversos actores versus sua influência. Os parceiros ideais terão uma forte influência e um grande interesse nos objectivos da parceria. No entanto, raramente isso é tão claro. Classificando as partes interessadas desta forma, pode-se determinar casos em que:
 - i. É necessária uma sensibilização significativa para transformar uma parte interessada altamente influente, mas com baixo interesse, num parceiro potencial interessado, ou
 - ii. É necessário um desenvolvimento significativo de capacidades para transformar uma parte interessada com alto interesse, mas baixa influência, em um parceiro mais forte.



fonte: adaptado do "The SDG Partnership Guidebook", Darian Stibbe and Dave Prescott, The Partnering Initiative and UNDESA, 2020

PRINCIPAIS ETAPAS DO TRABALHO

O engajamento

3. As partes interessadas podem ser envolvidas ao longo das várias etapas do processo de RLV, incluindo:



Priorização e selecção de indicadores



Recolha de dados



Revisão e discussão dos dados



Visão



Consolidação dos comentários das partes interessadas

Com recursos limitados, talvez seja viável envolver as partes interessadas em algumas das etapas descritas ou combinar vários propósitos em um evento de divulgação. Observe que é sempre recomendável envolver as partes interessadas nos estágios iniciais do processo para permitir que suas contribuições moldem as etapas subsequentes.

4. Desenvolva uma “Estratégia de Engajamento de Partes Interessadas” que descreva como envolverá as partes interessadas nos pontos relevantes. Normalmente, isso será na forma de um workshop ou reunião, aqui chamado de “Fórum de Partes Interessadas”. Eles podem ser realizados presencialmente ou online. Também é possível organizar reuniões bilaterais com institutos de pesquisa ou OSCs para ajudar na definição e/ou recolha de dados sobre indicadores específicos

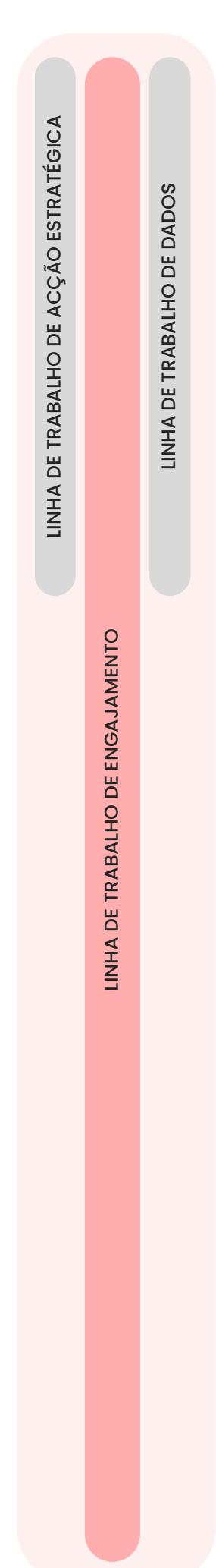
a. Se vários fóruns de partes interessadas forem realizados, descreva o propósito de cada fórum. Se assegure que, durante uma reunião inicial, pode ser mais útil coletar dados sobre indicadores. E, em uma etapa posterior, o fórum de stakeholders pode ser usado para apresentar os dados coletados e discutir recomendações e visões com as partes interessadas.

5. Planear o fórum de partes interessadas

a. Dependendo do objectivo do fórum, desenvolva um catálogo de perguntas que podem facilitar o diálogo e captar os inputs desejados. Considere como as respostas contribuirão para a RLV (perguntas de sim/ não podem ser mais facilmente convertidas em dados quantitativos versus perguntas abertas podem levar mais tempo para serem analisadas, mas podem fornecer informações mais detalhadas sobre as experiências da comunidade).

b. Escolha uma maneira de entregar as perguntas às partes interessadas. Isso pode ser na forma de entrevistas, uma pesquisa, uma mesa redonda ou uma mistura dos itens acima. Há também uma gama de ferramentas de recolha de dados não convencionais, como jogos (gamesforcities.com/database).

PRINCIPAIS ETAPAS DO TRABALHO

- 
- c. Considere se os participantes serão compensados para a sua participação (por exemplo, um certificado de participação, subsídio de transporte ou a disponibilidade de bebidas não-alcoólicas).
 - d. É uma boa prática integrar feedback e oportunidades de participação nos fóruns para permitir que as partes interessadas compartilhem suas opiniões e contribuam para melhorias no desenvolvimento futuro.

6. Desenvolver uma agenda para o fórum de partes interessadas
 - a. Esclareça onde e quando deseja realizar o fórum e quaisquer custos previstos. Certifique-se de que as partes interessadas relevantes estejam disponíveis e tenham aviso prévio suficiente.
 - b. Prestar contas às partes interessadas com necessidades especiais em termos de acesso ou capacidade de participar das actividades.
 - c. Descrever todos os elementos e actividades do fórum, incluindo prazos previstos e facilitadores principais.
 - d. Mantenha tempo suficiente para pausas e perguntas.

7. Compartilhar convites

- a. Certifique-se de incluir o objectivo do projecto, por que a participação é importante, uma breve visão geral das actividades planeadas incluindo duração e tempo de engajamento, as responsabilidades esperadas para ambas as partes e as normas e ética do projecto, como identificar regras do jogo e procedimentos formais. Você também pode incluir um formulário de consentimento, dando a você e sua equipe permissão para documentar o processo.
- b. Envie um convite oficial por e-mail, redes sociais ou outros canais. A fim de alcançar e envolver um grupo mais diversificado de participantes, considere também a possibilidade de usar amostragem de bola de neve ou se comunicar usando formatos alternativos de acesso inclusivo à informação, como linguagem de sinais, legendas ou modelos táteis.

8. Realizar o Fórum de Engajamento de Partes Interessadas

9. Organizar e consolidar as informações recolhidas

- a. Conecte os dados às secções relevantes da RLV (por exemplo, os dados sobre os ODS são usados para complementar a análise de dados; a visão e as próximas etapas são usadas para informar as recomendações estratégicas).

10. Reflita sobre o engajamento

- a. Reveja o que correu bem durante o engajamento e o que pode-se melhorar daqui para frente. É possível recolher comentários das próprias partes interessadas para este exercício.
- b. É uma boa prática agradecer aos participantes após o engajamento e fornecer um acompanhamento à medida que a RLV é finalizada para mostrar como as ideias informaram e influenciaram a RLV.

AS OPORTUNIDADES DE DIFERENTES PARTES INTERESSADAS

GOVERNO

- Legitimidade democrática
- Mandato para planeamento de desenvolvimento de longo prazo
- Orçamento público
- Dados
- Capacidade de operar em escala e institucionalizar abordagens
- Especialistas em políticas

INDÚSTRIA

- Inovação técnica
- Dados
- Contribuições financeiras e em espécie
- Experiência em gestão de marcas, marketing e comunicação
- Infraestrutura

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GOVERNOS LOCAIS

- Conhecimento e capacidade
- Assistência técnica
- Conexões e influência política

SOCIEDADE CIVIL /ONG / GRUPO DE POVOS ORIGINÁRIOS

- Capacidade de mobilização e engajamento
- Conhecimento e experiência locais
- Integração de populações e vozes marginalizadas –
- Legitimidade da intervenção
- Dados

ACADÉMIA

- Pesquisa
- Dados
- Capacitação
- Orientação sobre políticas baseadas em evidências
- Redes fortes e globais
- Acesso directo a jovens e adolescentes

MÍDIA

- Especialista em comunicação
- Rede de disseminação
- Público para recolha de dados adicionais



JUVENTUDE

- Conhecimento e experiência
- Integração de populações e vozes marginalizadas
- Legitimidade da intervenção



NAÇÕES UNIDAS

- Suporte técnico
- Conhecimento e capacidade
- Rede global
- Poder de convocação
- Financiamento (em certos casos)

LINHA DE TRABALHO: ACÇÃO ESTRATÉGICA

A Linha de Trabalho: Acção Estratégica abrange três fases da RLV: Revisão e Estratégia; Finalização; e Para Além da RLV. É fundamental desenvolver com basear nos dados recolhidos próximos passos estratégicos e açãoáveis. Isso inclui o desenvolvimento de recomendações orientadas para a ação e uma visão com objectivos estratégicos. Todos os itens são desenvolvidos em estreita consideração dos projectos e/ou políticas existentes, e as contribuições das partes interessadas.

MÉTRICAS

TEMPO SUGERIDO



5+ meses

MATERIAL NECESSÁRIO

Planos locais, nacionais e/ou estratégicos atuais

ACTORES PRINCIPAIS



Oficial de Redação e Oficial de Engajamento de Partes Interessadas, em colaboração com os departamentos governamentais executores

RECURSOS ADICIONAIS

- [A Plataforma de Acções ODS](#)
- [Boas Práticas ODS \(Primeira e Segunda Edição\)](#)
- [Guia de Avaliação do UN-Habitat](#)
- [Guia de Apoio ao UNDAF: Teoria da Mudança](#)
- [Agir pelo nosso futuro comum](#)

RESULTADOS

- Uma lista de recomendações para políticas públicas que abrangem itens de ação específicos, bem como proposições para quem irá liderar cada ação, um cronograma previsto, uma fonte de financiamento proposta, conexões com planos nacionais /regionais/ locais/estratégicos existentes, bem como a prioridade da ação.
- Uma visão para os municípios com objectivos estratégicos e itens de ação.

FERRAMENTA

A Ferramenta de Recomendação orientada à ação apoia as etapas 3 a 6 da Linha de Trabalho de Acção Estratégica e produz uma tabela abrangente de recomendações de políticas com ações específicas ordenadas por ODS. A cada ação é atribuída uma proposta de ação, fonte de financiamento, cronograma e prioridade. Além disso, são destacadas as ligações aos planos existentes para reforçar a coerência das políticas.



TAREFAS PRINCIPAIS

LINHA DE TRABALHO DE ACÇÃO ESTRATÉGICA

LINHA DE TRABALHO DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS

LINHA DE TRABALHO DE DADOS



Revisão das políticas e iniciativas existentes

1. A análise exaustiva dos dados deve revelar pontos fortes e fracos pormenorizados para cada ODS. Em seguida, investigue projectos e/ou políticas do passado e do presente que influenciaram o contexto dos ODS e ajude a explicar (até certo ponto) o estado do município. Isso também pode incluir estruturas de governação e outros factores que podem apoiar ou dificultar o cumprimento das metas de indicadores, como a adesão política ou o apoio social.
 - a. Destacar sucessos, lacunas e potencial de melhorias entre as políticas e acções actuais.



Visão

2. Com os planos locais/regionais/nacionais/estratégicos actuais, bem como os contributos do envolvimento das partes interessadas em mente, desenvolva uma visão para o município. Quais são os principais objectivos e metas? Quais são as lacunas mais urgentes a serem preenchidas? Há ODS específicos que devem ser destacados? A visão pode estar intimamente alinhada à realização da Agenda 2030 ou mais específica do contexto.
 - a. Se possível, esta seria uma grande oportunidade para envolver as partes interessadas.



Recomendações Estratégicas

3. Propor recomendações de políticas para alcançar a visão e os objectivos delineados na etapa 2 e aproveitar as lacunas e oportunidades de melhorias da etapa 1.
4. Definir acções específicas para implementar recomendações para políticas. É possível/provável que várias acções sejam necessárias para apoiar uma recomendação de política.
 - a. Este processo pode beneficiar da revisão das melhores práticas e exemplos de sucesso de outros municípios.
5. Uma vez definidas as acções, pense em quem poderia liderar essa acção, um prazo razoável para sua implementação e uma fonte de financiamento proposta. Se a acção estiver alinhada com um objectivo ou meta de um plano local/regional/nacional/estratégico existente, destaque isso também. Além disso, observe quais ODS a acção suporta.
6. Avaliar a prioridade de todas as acções (por exemplo, classificando-as da menos para a mais importante).



Implementação

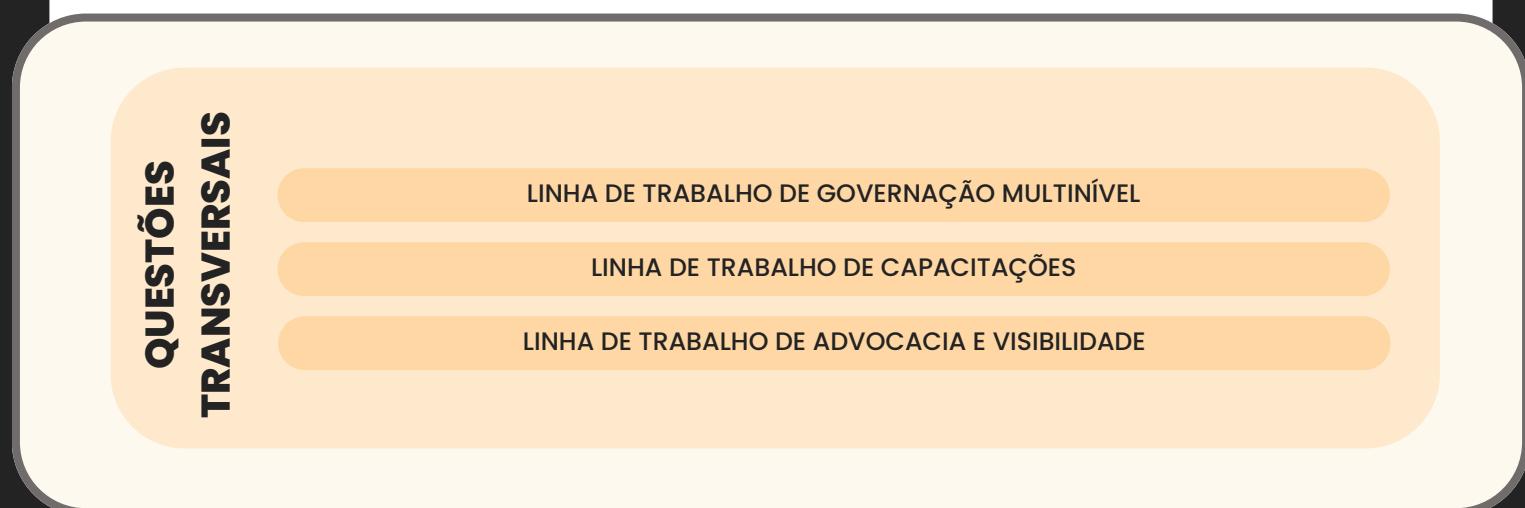
7. Como a RLV está sendo finalizada e lançada, ela deve ser utilizada como um instrumento de planeamento estratégico que orienta as decisões políticas e de planeamento das secretarias municipais.
 - a. O impacto das RLVs pode ser fortalecido por meio de advocacia e engajamento com outras esferas governamentais (incluindo a cooperação com RNV).



Monitoria e Avaliação

8. Para apoiar a acção política após o lançamento da RLV e em preparação para a próxima RLV, os progressos no plano de acção da RLV e suas recomendações devem ser monitorados. Quanto mais precisas forem as acções da etapa 3, mais fácil será a avaliação de sucessos ou oportunidades de melhoria.

QUESTÕES TRANSVERSAIS



GOVERNAÇÃO MULTINÍVEL

A Governação Multinível (GMN, de Multilevel Governance MLG do inglês) serve como uma abordagem fundamental que sustenta e se entrelaça com as RLVs. A GMN reconhece a intrincada rede que conecta diferentes esferas de governo e defende a necessidade de cooperação contínua. Ancorar as RLVs a uma abordagem de Governação Multinível abre caminho para a inclusão, capacitação e colaboração entre todas as partes interessadas, de governos nacionais a locais, a partes interessadas não-estatais vitais, como OSCs, academia e entidades privadas. O GMN amplifica o impacto e a eficácia das RLVs, contribuindo em última instância para a coerência das políticas e para o aprimoramento das capacidades nacionais gerais de entrega para o desenvolvimento sustentável.

As RLVs podem ser vistas como uma excelente boa prática na articulação entre os processos de revisão local/subnacional e os mecanismos de coerência e integração de políticas (ou como desencadeadoras de seu aprimoramento), abrindo caminho para o fortalecimento de sistemas de GMN eficazes voltados à Localização dos ODS.



Governação multinível para localização dos ODS



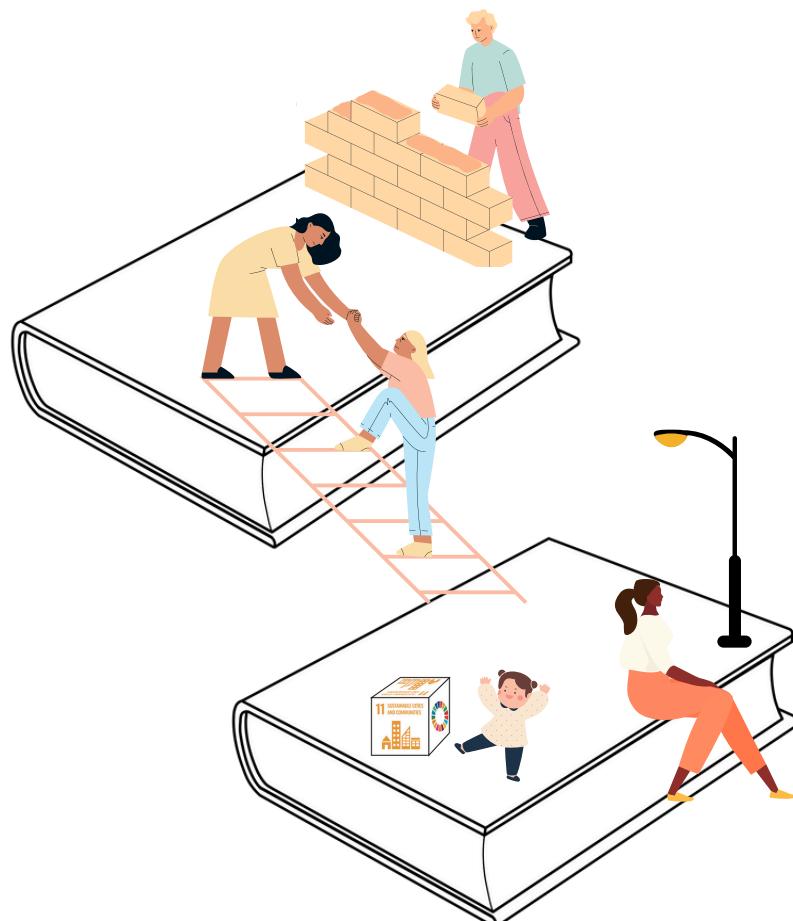
GMN e RLVs atuam como facilitadores, permitindo que governos locais e regionais se envolvam activamente no planeamento, implementação, monitoria e relatórios dos ODS. As RLVs fortalecem as capacidades dos governos locais e regionais a assumir a liderança e participar activamente da realização da Agenda 2030. Isso se traduz em maior influência sobre as decisões políticas que impactam directamente suas comunidades com base em evidências produzidas localmente. Reforça a coerência vertical para complementar a implementação dos ODS a nível nacional, assegurando ao mesmo tempo que o caminho para o desenvolvimento sustentável é conduzido com transparéncia e responsabilidade. O GMN eficaz é a espinha dorsal desse empoderamento, pois equipa os governos locais e regionais (GLRs) com as conexões e competências para navegar no complexo cenário do desenvolvimento sustentável.

Além de seu papel participativo, GMN e RLV atuam como catalisadores para a capacitação e fortalecimento institucional no nível de base. Tal implica a prestação de apoio técnico, formação e várias formas de assistência aos GLR, bem como a promoção da partilha de conhecimentos e de plataformas de aprendizagem entre pares. O MLG promove um ambiente onde os GLRs podem refinar suas estruturas de Governação, melhorar a prestação de serviços e se

envolver com uma gama mais ampla de partes interessadas de forma eficaz. A RLV se beneficia imensamente dessas melhorias, ao mesmo tempo em que é um instrumento para destacar onde as melhorias são mais necessárias.

O processo RLV fornece uma plataforma para mostrar suas conquistas, expressar suas preocupações e compartilhar suas reflexões, elevando efectivamente seus perfis no cenário global. Assim, as RLVs desempenham um papel fundamental na obtenção de apoio internacional e reconhecimento para o compromisso desses governos com os ODS e sua capacidade de impulsionar a mudança no nível de base. Esse reconhecimento, por sua vez, abre portas para parcerias, oportunidades de financiamento e assistência técnica, fortalecendo a GMN e aprimorando ainda mais as habilidades dos GLRs para enfrentar os desafios locais em alinhamento com os objectivos globais de sustentabilidade. Além disso, as RLVs são uma importante ferramenta de defesa da própria localização dos ODS, incluindo esforços mais amplos de descentralização em nível nacional e apoio e reforma genuínos para impulsionar a mudança no nível subnacional.

Em essência, a sinergia entre RLVs e GMN tem a ver com facilitar a elaboração de relatórios eficientes, o alinhamento de políticas e a tomada de decisões sobre os ODS. Trata-se de equipar os GLRs com o conhecimento, os recursos e a visibilidade de que precisam para desempenhar um papel activo na formação do futuro de suas comunidades. À medida que as RLVs prosperam e contribuem para o sucesso de uma Governação Multinível eficaz, eles por sua vez se destacam como instrumentos potentes para a avaliação, estabelecimento e fortalecimento da Governação Multinível.



CAPACITAÇÃO

Ao longo do processo da RLV, os conhecimentos, habilidades e capacidades dos governos locais e regionais (GLRs), membros do grupo de trabalho da RLV, partes interessadas e comunidades são fortalecidos. Além disso, a RLV pode contribuir para o desenvolvimento de competências em coleta e análise de dados, capacidades participativas, de diálogo e de coordenação. Ao investir no desenvolvimento de capacidades, as RLVs empoderam os atores locais a se envolverem de forma significativa no processo dos ODS, a gerar dados precisos e confiáveis, e a utilizar os resultados para informar decisões e ações baseadas em evidências voltadas ao desenvolvimento sustentável no nível local.

Cursos*

RLV: Curso On-line (MOOC)



Curso On-line: Localização dos ODS



Módulos de Localização dos ODS



Plataforma RLV do UN-Habitat



<https://unhabitat.org/topics/voluntary-local-reviews>

Guiões *



Diretrizes para Revisões Locais Voluntárias Volume 1: Uma Análise Comparativa de RLVs



Diretrizes para Revisões Locais Voluntárias Volume 2: Rumo a uma Nova Geração de RLVs, Explorando a Conexão Local-Nacional

*Desenvolvido em parceria com a UCLG

A equipe de Localização dos ODS e Governos Locais da UN-Habitat pode oferecer treinamentos personalizados sobre qualquer um dos materiais mencionados acima, bem como sobre toda a metodologia prática orientada para a acção da RLV. Treinamentos específicos para projetos ou temáticos também podem ser realizados de acordo com as necessidades dos parceiros – por exemplo, como criar uma RLV liderado por jovens ou como navegar na coleta de dados em contextos com pouca disponibilidade de dados oficiais.

ADVOCACIA E VISIBILIDADE

A defesa e a visibilidade desempenham um papel importante na comunicação das descobertas da RLV e na conexão da revisão com o diálogo global sobre a localização dos ODS. Isso envolve aumentar a conscientização sobre a RLV e os ODS, promover a importância do desenvolvimento sustentável local e defender a integração das RLVs nas agendas políticas. O desenvolvimento de uma estratégia de comunicação em torno das principais mensagens da RLV e a divulgação às autoridades governamentais nacionais, regionais ou locais relevantes desempenham um papel crucial neste contexto.

Se o governo nacional está produzindo uma RNV, ou a Associação Nacional GLR está prevendo ou produzindo uma RSV, é fundamental compartilhar descobertas e sugestões. Além de inspirar outros governos locais dentro do país, a "mensagem local" pode se tornar uma mensagem "nacional" se for expressa pela associação responsável pela advocacia nacional.

Outro aspecto fundamental é a participação em eventos e fóruns, como fóruns urbanos nacionais, fóruns regionais de desenvolvimento sustentável, além de eventos-chave como:



Esses eventos são uma óptima oportunidade para compartilhar boas práticas de RLV e lições aprendidas, criar troca de conhecimento entre cidades, defender ambientes mais propícios para a localização dos ODS e se conectar com potenciais parceiros, financiadores ou implementadores. Para que os GLRs participem e participem desses eventos, há dois pontos de entrada principais: por meio de sua delegação nacional e por meio do círculo eleitoral dos governos locais e regionais. A Força-Tarefa Global de Governos Locais e Regionais facilitada pela UCLG atua como o mecanismo através do qual os governos locais e regionais deliberam e concordam sobre sua voz política na agenda internacional.

Ao alavancar a advocacia e a visibilidade, as RLVs podem impulsionar um maior reconhecimento, apoio e compromisso com o desenvolvimento sustentável local, facilitando a tradução dos resultados da RLV em ações concretas e mudanças políticas.

ESTRUTURA DA RLV E PROPOSTA DE CAPÍTULOS

Até o momento, RLVs em todo o mundo seguiram uma ampla gama de formatos, abordagens e estilos. Não há uma estrutura definida de uma RLV, pois seu escopo deve ser determinado pelos objectivos e extensão da revisão. No entanto, existem algumas semelhanças e recomendações práticas que podem ser derivadas de exemplos existentes e das directrizes regionais de RLV. Esta secção destaca alguns componentes-chave das RLVs e descreve uma progressão lógica através dos diferentes capítulos que conta uma história coerente e transparente.

Após uma secção preliminar com declarações de abertura e prefácios relevantes, uma RLV normalmente começará com uma introdução à cidade ou região, incluindo sua história, características e engajamento com a Agenda 2030. Ele pode incluir informações sobre RLVs e RNVs anteriores ou coincidentes.

Em seguida, um capítulo de metodologia deve descrever o processo de RLV, as fontes de dados e qualquer envolvimento das partes interessadas. Para garantir a eficácia da RLV, particularmente como uma ferramenta de aprendizagem entre pares, a transparência é fundamental. Portanto, a revisão deve fornecer um relato claro de todas as etapas de recolha e análise de dados, incluindo a selecção de indicadores (e ODS). A transparência em relação ao processo de recolha de dados, fontes, limitações e lacunas também é crucial para facilitar a integração perfeita no processo de RNV. Pode ser de valor acrescentado incluir um capítulo adicional sobre o processo de localização dos ODS, incluindo o alinhamento das políticas locais com a Agenda 2030.

O corpo principal da RLV consiste, então, na revisão do progresso em direcção a todos os ODS seleccionados. Cada ODS é brevemente apresentado, as principais mensagens e destaque são resumidos e, em seguida, os diferentes indicadores e metas são discutidos. Cada secção dos ODS deve ser concluída com reflexões sobre forças, fraquezas e oportunidades, bem como referências a políticas e iniciativas actuais que afectaram o estado de cada ODS, bem como recomendações estratégicas para os próximos passos.

Um aspecto fundamental de uma RLV orientado para a acção é que ela conclui com recomendações significativas para as próximas etapas e itens de acção específicos para abordar os desafios e lacunas que foram destacados no capítulo anterior. Incentiva-se a incluir exemplos específicos e a associar as recomendações às políticas e planos existentes.

Um capítulo final de conclusão, resume brevemente as principais descobertas e as principais mensagens de conclusão.

EXEMPLO DE ESTRUTURAS

SECÇÕES PRELIMINARES

Nota de abertura
Prefácio(s)
Agradecimentos
Destaque (não mais de duas páginas)

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Contexto geral
Ligações para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Localização dos ODS
Razões para a RLV orientado para a acção
Finalidades e Objetivos

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

Selecção de Indicadores
Recolha de dados
Envolvimento das Partes Interessadas
Enfrentando os desafios/lacunas de dados

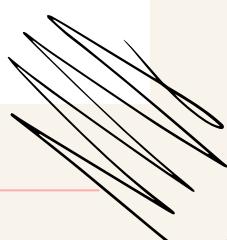
CAPÍTULO 3: RELATÓRIO ODS

Para cada ODS:
Introdução
Destaque
Meta 1
Indicador 1
Indicador 2
...
Meta 2
... Implicações para as políticas e práticas

CAPÍTULO 4: RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

Resumo dos principais desafios
Esboço da Visão
Recomendações
Meios de implementação

CAPÍTULO 5: CONCLUSÃO



Recursos

FERRAMENTAS E MODELOS DE RLV

O UN-Habitat desenvolveu ferramentas e modelos específicos de RLV para ajudar com elementos do desenvolvimento de RLVs orientadas à acção. Entre outros, eles incluem uma Ferramenta de Orçamento descrevendo as principais despesas do processo de RLV, uma Ferramenta de Dados que alinha perfeitamente os indicadores existentes com os ODS, o UMF e indicadores locais ou nacionais relevantes, bem como modelos para construir recomendações acionáveis.

- Ferramenta de orçamento RLV
- Ferramenta de dados RLV
- Folha mestra de indicadores (uma referência cruzada de todos os indicadores dos ODS, UMF, NUA, e muito mais)
- Ferramenta de Mapeamento de Partes Interessadas
- Modelo de Agenda do Fórum de Partes Interessadas
- Catálogo de Perguntas do Fórum das Partes Interessadas
- Construtor de recomendações orientadas para a acção
- Questionário de Avaliação da Governação Multinível

DIRECTRIZES GLOBAIS de RLVs

As Directrizes de RLVs fornecem informações abrangentes sobre a abordagem RLV e seus benefícios para os governos locais, regionais e nacionais. Ambos os volumes foram co-desenvolvidos com a UCLG e incluem extensas informações básicas e justificativas para a realização de RLVs. O Volume 1 explora o propósito, a estrutura, os pontos-chave e a saída das RLVs existentes; O volume 2 acrescenta como o processo pode e deve ser vinculado ao nível nacional. Também incluímos os Elementos Orientadores Globais para Revisões Locais Voluntárias da Implementação dos ODS pela UNDESA.

- [Directrizes para Revisões Locais Voluntárias Volume 1: Uma Análise Comparativa de RLVs Existentes](#)
- [Directrizes para Revisões Locais Voluntárias Volume 2: Rumo a uma Nova Geração de RLVs: Explorando a ligação local-nacional](#)
- [Os Elementos Orientadores Globais para Revisões Locais Voluntárias \(RLVs\) da Implementação dos ODS](#)

DIRECTRIZES REGIONAIS de RLVs

As Directrizes Regionais de RLVs servem como um recurso inestimável, oferecendo informações específicas do contexto e orientação personalizada para cidades e regiões em diferentes secções globais. Essas directrizes atendem às necessidades exclusivas de várias localidades, fornecendo direcção perspicaz e informações específicas da região cruciais para o desenvolvimento e a implementação de RLVs.

Recursos

DIRECTRIZES DA RLV

- **Europa:** <https://unece.org/sites/default/files/2023-03/UNECE%20VLR%20guidelines%20ENG.pdf>
- **Ásia-Pacífico:** <https://www.unescap.org/sites/default/files/Asia-Pacific%20Regional%20Guidelines%20on%20VLRs%20-%200.pdf>
- **África:** https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/06/africanvoluntarylocalreviewguidelines_2022_en.pdf
- **Estados árabes:** Próximos passos

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS DIRECTRIZES DE RLV EXISTENTES

Juntamente com a ARCO, o UN-Habitat conduziu recentemente uma revisão das directrizes regionais e fornece um relatório abrangente explorando pontos comuns, diferenças e direcções notáveis: Próximos passos

REPOSITÓRIOS RLV

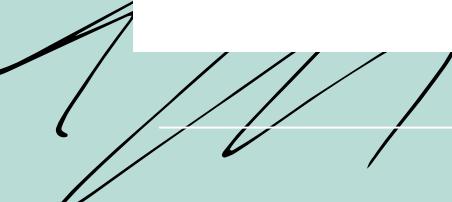
Estudar RLVs existentes em regiões específicas ou cidades de circunstâncias comparáveis é um meio de trabalho crucial na elaboração de uma RLV. Os repositórios de RLV da UN-Habitat, UCLG e UNDESA apresentam uma compilação abrangente de todos os RLVs publicados, oferecendo reflexões, soluções para desafios e práticas exemplares, prontamente acessíveis como modelos.

- UN-Habitat: <https://unhabitat.org/topics/voluntary-local-reviews>
- UCLG: <https://www.gold.uclg.org/report/localizing-sdgs-boost-monitoring-reporting>
- UNDESA: <https://sdgs.un.org/topics/voluntary-local-reviews>
- O Instituto de Estratégias Ambientais Globais: <https://www.iges.or.jp/en/projects/vlr>

REVISÕES SUBNACIONAIS VOLUNTÁRIAS

As Revisões Subnacionais Voluntárias (RSVs, do inglês Voluntary Subnational Reviews VSR) são processos com os quais as associações de governos locais e regionais podem relatar seus progressos gerais, retrocessos, oportunidades e desafios associados ao processo de Localização dos ODS em um determinado país. Embora sejam diferentes das RLVs, esses dois processos provaram se complementar consideravelmente, pois ambos oferecem contribuições críticas em torno dos esforços locais de baixo para cima para localizar os ODS. Essas directrizes para Revisões Subnacionais Voluntárias desenvolvidas pela UCLG fornecem muito mais detalhes sobre o processo RSV, incluindo a interconexão do RNV, RSV e RLV.

- [Directrizes para Revisões Subnacionais Voluntárias](#)



Recursos

GOVERNANÇA MULTINÍVEL PARA LOCALIZAÇÃO DOS ODS

Para entender os meandros da Localização dos ODS em múltiplas esferas de governança, esta publicação UN-Habitat e ARCO descreve como a natureza universal, integrada e transformadora da Agenda 2030 e dos 17 ODS exige que os governos trabalhem em todos os domínios de políticas e níveis de governança e cooperem com uma ampla variedade de partes interessadas.

- [Governança Multinível para a Localização dos ODS](#)

MATERIAIS DIDÁTICOS PARA GOVERNOS LOCAIS E REGIONAIS

Três recursos são destacados. Primeiro, um curso projectado para fornecer informações importantes e algumas direcções e recomendações aos Governos Locais e Regionais interessados em desenvolver suas Revisões Locais Voluntárias. Em segundo lugar, os módulos de Formação de Formadores desenvolvidos para orientar as formações sobre o processo de Localização dos ODS em todas as suas dimensões. Em terceiro lugar, um curso intensivo sobre a Nova Agenda Urbana.

- [Curso Online de Avaliações Locais Voluntárias](#)
- [Localizando os módulos dos ODS](#)
- [Novo Curso Intensivo de Agenda Urbana \(em manutenção\)](#)



Apêndice: Glossário RLV

Governação multinível A governação multinível (GMN, do inglês Multilevel Governance, MLG) é a dispersão da autoridade dentro e para além dos Estados nacionais. Diz respeito à integração vertical e horizontal dos sistemas de governação, necessária para permitir a formulação eficiente de políticas, a prestação de serviços e a liderança coesa por e entre todas as esferas de governação.

Parceiro Um indivíduo ou organização chave envolvido no planeamento estratégico, coordenação e supervisão da RLV, muitas vezes ao lado de uma equipe de outros parceiros. Os parceiros fornecem conhecimento e experiência especializados e conectam a RLV às suas respectivas redes e bases de conhecimento, garantindo sua implementação bem-sucedida.

Documento ODS Um resumo dos dados, descobertas e análise sob um ODS específico. Normalmente, o corpo principal da RLV consistirá em vários documentos ODS.

Stakeholder / Parte Interessada Um indivíduo com conhecimento e experiência local que é influenciado pela RLV. Podem ser membros da comunidade que detêm informações sobre as realidades vividas no terreno, ou membros do governo local, academia, setor privado, etc. que detêm conhecimentos mais especializados sobre uma parte específica da região local.

Fórum de Stakeholders / Partes Interessadas Um evento que reúne as partes interessadas para contribuir com a RLV. Elas podem ser presenciais ou online. As contribuições podem ser para diferentes propósitos, como definir o foco e o objectivo da RLV, recolha de dados adicionais sobre os ODS ou revisar as descobertas iniciais e desenvolver recomendações e próximos passos.

Quadro de Monitoria Urbana Global (UMF) Do inglês “Urban Monitoring Framework”, comumente referido como UMF, é uma estrutura de indicadores abrangente projectada para avaliar e medir o ambiente urbano, fornecendo uma metodologia padronizada para monitorar o progresso e garantir a urbanização sustentável.

Relatório UMF Um relatório preliminar ou adicional resumindo as descobertas da RLV através da lente UMF, o que significa que ele é estruturado pelos domínios UMF em vez dos ODS, e pode se concentrar apenas ou predominantemente em indicadores UMF.

Grupo de Trabalho Os actores chave envolvidos na criação da RLV. Dependendo das estruturas, experiência e recursos governamentais existentes, as funções exactas e o tamanho do grupo de trabalho podem variar. Em algumas circunstâncias, um actor pode assumir vários papéis. Outros papéis podem ser expandidos para vários actores.

✉ Caixa de correio da Equipe de Localização dos ODS e Governos Locais do UN-Habitat
sdglocalization.unhabitat@un.org

✉ Martino Miraglia
Oficial de Assentamentos Humanos,
Localização dos ODS e Governos Locais, Ramo de Práticas Urbanas,
Divisão de Soluções Globais
martino.miraglia@un.org



Plataforma de RLV do
UN-Habitat
www.unhabitat.org/topics/voluntary-local-reviews



Plataforma de localização
www.sdglocalization.org

Revisões Locais Voluntárias Orientadas Para a Acção.

UMA METODOLOGIA PARA OS
PARCEIROS DO UN-HABITAT